



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA.

OBJETIVO: Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver.

EM: 11.09.2025

INICÍO: 14h57min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) -
Senhoras e senhores, boa tarde, sejam todos bem-vindos. A
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao
Requerimento 2410/2025, de autoria da Excelentíssima
Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus, após aprovação
em plenário, realiza Audiência Pública: Mulheres Negras por
Reparação e Bem Viver.

Agradecemos, desde já, a todos que nos acompanham ao vivo, seja por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no Facebook e YouTube e pela TV Assembleia, Canal 7.2, e também os nossos participantes que estão presencialmente conosco nesta tarde. Sejam todos bem-vindos.

E já convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus, proponente desta Audiência Pública.

Convidamos a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Ieda Chaves, Presidente da Procuradoria Especial da Mulher, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Informamos que a Procuradoria Especial da Mulher foi inaugurada ontem, na sede da Escola do Legislativo, que pertence à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convidamos a Doutora Lia Maria Araújo, Diretora-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Convido ainda o Senhor Luiz Fernando de Camargo Alves, Diretor de Ações Municipalistas, neste ato representando a Casa Civil do Estado de Rondônia.

Excelentíssima Senhora Tenente Bombeiro Militar Aline Costa de Oliveira, neste ato representando a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – Sesdec Rondônia.

Excelentíssima Senhora Ada Alves dos Reis Mendes, Defensora Pública, neste ato representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, DPE/RO.

Convido o Excelentíssimo Senhor Fábio Roberto de Oliveira Santos, Defensor Público, Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

Convido ainda a Excelentíssima Senhora Rafaela Cristina Albuquerque, Advogada, Presidente da Comissão de Igualdade Racial, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rondônia.

Convido a Senhora Rosenilda Ferreira de Souza Silva, Rosa Negra, Coordenadora Municipal do Movimento Negro Unificado.

Convido a Senhora Elzilene do Nascimento Pereira, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, CUT Rondônia.

Convido a Senhora Dioneida Castoldi, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, Sintero.

A Mesa pode assentar-se. Neste momento, convido a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus para a abertura oficial desta Audiência Pública.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Boa tarde a todos e todas aqui presentes. Sejam todos muito bem-vindas e bem-vindos aqui conosco.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar do tema: Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, estando a Mesa dos trabalhos composta, convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia", letra de Joaquim Araújo Lima e música do doutor José de Mello e Silva.

(Execução do Hino)

Podem se assentar. Em nome do gabinete da Deputada Cláudia de Jesus, agradecemos a presença de Ana Carla Pereira da Costa, representante da Federação de Cultos Afro Religiosos, Umbanda e Ameríndios do Estado de Rondônia, muito obrigado pela presença.

Cleudenice Beckman, responsável do Festival, que está aqui conosco, muito obrigado pela presença. Senhora Brenda Moraes, Associação Filhas do Boto Nunca Mais. Muito obrigado.

Senhora Jamyle Brasil, Coordenadora Estadual da União de Negras e Negros pela Igualdade; Senhora Tereza Janete Córdova Santos, Superintendente Regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Rondônia. Bem-vinda.

Senhora Mara Jane da Rocha, Presidente do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA.

Agradecemos ainda, Adriane do Nascimento Soares e Adriana Leite de Oliveira Maia, representando a Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS.

Senhora Dioneida Castoldi, Presidente do Sintero. Está na Mesa conosco, muito obrigado pela presença, nossa Presidente do Sintero.

Benedita Nascimento, Fórum Popular de Mulheres.

Agradecemos também, a senhora Claudir Mata Magalhães de Sales, Secretária Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. Muito obrigado pela presença.

A senhora Soeli Majeski, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Ouro Preto, também conosco nesta tarde.

A senhora Maria, Professora da Escola Marechal Castelo Branco. Val Marques, Gerência de Saúde Ocupacional da Seduc, muito obrigado. Senhora Solimara Pereira, Coordenadora do Ifro (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia). Agradecemos também todos os professores e alunos que estão conosco. Janaina Kelly Leite Chaves, Assessora do Ifro.

Senhora Eva da Silva Alves, Escritora da Temática Editora e Cursos e membro também da Academia de Letras, Ciências e Artes da Amazônia Brasileira, nossa confreira. Seja muito bem-vinda, Professora Eva.

Agradecemos também, a Mara Regina Valverde, Representante da Fenale (Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Estaduais e do Distrito Federal); Solange Mendes Garcia, Assessora da Sustentabilidade e Acessibilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; Rejane Assis Lima da Fonseca, Auditora-chefe do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; Senhora Silvia Ferreira de Oliveira Pinheiro, representando o Ministério da Cultura no Estado de Rondônia. Muito obrigado pela presença.

Também a senhora, Niedja Félix Santana, Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB. Sejam todos bem-vindos a esta Audiência Pública.

Neste momento, a Deputada Estadual Cláudia de Jesus dará prosseguimento a esta Audiência Pública e antes, ouviremos a Marfiza de França, cantora, compositora, poeta e letrista, que fará uma apresentação da música "Sorriso Negro", composição de Adilson Barbado, Jorge Portela e Jair Carvalho.

A SRA. MARFIZA CALIXTO DE FRANÇA - Boa tarde a todos.
Em nome da Deputada Cláudia de Jesus, saudar a todos vocês.
Eu estou aprendendo esse rito, eu vou chegar lá. Eu escolhi
aqui, de improviso, um poema para falar para vocês, que
acho que cabe:

"Curve-se

O espelho que me olha, reflete um ábaco

não sou mais sozinha e só na raça

são tantas, no peito e na graça

coro afinado, alinhado, eficiência.

Eu sôo mais eu, quando eu sou mais elas...

Múltiplo, recíproco, diverso

coletivo do balacobaco

assim somado: consciência.

Contra o sistema

contra a matrix

contra a corrente

contra o assinte

Multiplique aí pra ver...

não é aritmética, é quântica!

Um mais um é mais que dois

e quem soma nunca perde a conta:

quem canta os males espanta

Minha voz afina com a dela

que rima com a daquela

cordas, tambor, atabaque

tropa de elite e ataque

todas contra o recalque

Notas de faca e chicote

na cara da hipocrisia

e da sanha de maldizer

que mulher não tem união

que pilota bem um fogão

e essas coisas sem noção

Não tenho que provar nada

mas o que você tem que saber

que não é só enfeite, pra ficar sexy

pois o olho que nem vê, enxerga

não depende do artefato...

A língua é adaga no verso

é flecha, conflito e é causa,
no fechamento Curvex.

Curve-se em reverência
ao poder da nossa querência
de lutar contra a violência
da nossa herdada indiferença
pra provar que a mudança
está nas mãos de quem crê

Não há espaço para o vão
nem brecha pra escuridão
do fio da navalha afiada
da descrença de quem é do contra
e só pra cortar essa onda,
desagrega sem saber,
que a arte ilumina e clareia.

Se não entendeu a conta
eu reconto pra você!
É somar pra dividir
partilhar pra repartir
cada uma a sua parte

do alimento da arte

pão pra alma de quem semeia.”.

(Marfiza de França)

(Apresentação musical)

Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sintam-se todos muito acolhidos por nós, neste Parlamento.

É um prazer enorme receber as mulheres negras, todos vocês aqui – os indígenas, aqui presentes com a gente. Gratidão a todos e todas aqui conosco, aos movimentos sociais organizados.

A gente se sente honrada em propor essa Audiência Pública para discutirmos um tema tão importante: Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver.

Eu quero aqui iniciar cumprimentando a nossa Mesa, na pessoa da Doutora Lia Maria Araújo Lopes, Diretora-Geral do Tribunal Regional Eleitoral, TRE/RO. Seja muito bem-vinda conosco.

Cumprimentar também aqui o Senhor Luiz Fernando Camargo Alves, Diretor de Ações Municipalistas, neste ato representando a Casa Civil do Estado de Rondônia.

Cumprimentar aqui também a Senhora Tenente Aline Costa de Oliveira, que neste ato representa a Secretaria de Estado de Segurança e Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia, Sesdec/RO.

Cumprimentar aqui também a senhora Ada Alves dos Santos Reis Mendes, Defensora Pública, neste ato representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

Quero também aqui cumprimentar o Senhor Fábio Roberto de Oliveira Santos, Defensor Público e Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, CEPİR/RO.

Quero também cumprimentar aqui a Senhora Rafaela Cristina de Albuquerque, Advogada, Presidente da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados Seccional Rondônia, OAB/RO.

Cumprimentar também, de forma muito especial, a Rosenilda Ferreira de Souza Silva, a nossa Rosa Negra – e parabenizar por, junto com demais, por tanto empenho na organização dessa grande Marcha das Mulheres Negras. A gente tem visto seu grande empenho. Parabéns, Rosa! Que você continue sendo esse exemplo para a gente nessa grande caminhada em luta por direito e por igualdade.

Quero aqui também cumprimentar a Eusilene Nascimento Pereira, que é Presidente da Central Única dos Trabalhadores, CUT/RO.

Quero aqui também cumprimentar a Dioneida Castoldi, que é a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, Sintero. Seja muito bem-vinda conosco.

Cumprimentar também, de forma muito especial, a minha amiga e Deputada Estadual Ieda Chaves, que agora, além da missão aqui do Parlamento, tem a grande responsabilidade de presidir e coordenar o trabalho da Procuradoria da Mulher – que foi criada nessa Assembleia Legislativa, mais uma ferramenta de luta para nós mulheres podermos contar.

Então, estaremos juntas, Deputada Ieda Chaves, nessa caminhada. E parabéns, a gente acredita muito no seu trabalho.

Em nome de todos que estão aqui nessa Mesa, cumprimentar de forma especial cada um de vocês aqui presentes.

Quero aqui também agradecer ao Professor Cássio Alves e todos os demais professores e alunos do Ifro – sejam muito bem-vindos aqui conosco. Uma salva de palmas.

Nós temos mais alguns espaços, se vocês quiserem participar aqui com a gente, aqui embaixo. Até peço desculpa, a Casa, geralmente, nós fazemos as nossas Audiências Públicas em um plenário maior, que cabe um número grande de pessoas, porém, ele está em reforma.

E, nesse momento, a gente está tendo que realizar as Audiências Públicas aqui. E fica um pouco dividido, mas é por esse motivo. Mas, obrigado por vocês estarem aqui com a gente.

Eu preparei um texto rapidamente aqui, para que eu não esquecesse nenhum detalhe. Eu não gosto muito de fazer leitura, mas eu preferi anotar alguns detalhes para que eu pudesse ser pontual em algumas coisas e não esquecer de nada. Mas, prometo que vou ser bem breve aqui.

Companheiras de luta, representantes da sociedade civil, autoridades presentes, hoje é um dia de escuta, de afirmação e, sobretudo, de compromisso.

Essa Audiência Pública sobre Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver não é apenas um espaço de debate – é um marco na construção de políticas que reconheçam a história, a resistência e o direito das mulheres negras em Rondônia.

Sabemos que os entraves são muitos, a invisibilidade institucional, o racismo estrutural, a violência, a falta de acesso a serviços públicos de qualidade ainda são realidade que atingem de forma desproporcional as mulheres negras. A ausência de dados específicos, a baixa representatividade política e os obstáculos econômicos também dificultam a formulação de políticas eficazes, mas é, justamente, diante desses desafios que reafirmamos nossa missão desde o início do nosso mandato.

Temos trabalhado com firmeza para transformar essa realidade. Uma das conquistas que nos orgulha é a Lei nº 5.732, de 8 de janeiro de 2024, de nossa autoria, que estabelece a reserva mínima de 20% das vagas em concurso público para candidatos negros. Essa lei se aplica à administração pública, direta e indireta, de todos os Poderes do Estado de Rondônia e representa um avanço concreto na promoção da igualdade racial e na reparação histórica das desigualdades.

É importante lembrar que essa lei que foi construída com muitas mãos, e a gente agradece a participação efetiva do Conselho de Igualdade Racial, que nos ajudou, que apresentou esse pleito. Então, isso não é um resultado somente do nosso mandato, mas é um resultado coletivo.

Essa legislação é uma medida afirmativa e uma ferramenta de justiça social. Ela garante que as pessoas negras tenham acesso real às oportunidades no serviço público, contribuindo para a construção de uma sociedade mais diversa, representativa e justa.

Além disso, destinamos mais de R\$ 10 milhões em emendas parlamentares para políticas públicas voltadas às mulheres, abrangendo desde o fortalecimento da agricultura

familiar, até a melhoria nos atendimentos à saúde, à educação infantil.

Lutamos pela ampliação do serviço da Delegacia da Mulher, pela notificação obrigatória da violência doméstica nos condomínios e residenciais e pela criação do Dia Estadual Pelo Fim do Feminicídio, que também foi uma construção coletiva de tantos movimentos sociais e de tantas mãos que nos ajudaram nessas construções propositivas. Essas ações são parte de um projeto maior: garantir que as mulheres negras de Rondônia tenham acesso ao bem viver, com dignidade, autonomia, saúde, educação, reparação e segurança.

Reparação não é apenas sobre o passado, é sobre corrigir o presente e garantir um futuro justo. Por isso, esta Audiência é também um chamado à ação. Que possamos sair daqui com propostas concretas, com escuta ativa e com o compromisso de transformar cada reivindicação em políticas públicas. Seguiremos juntas, porque quando uma mulher negra avança, toda a sociedade avança junto com ela.

Então, sendo assim, mais uma vez dizer que me sinto muito honrada de poder conduzir este debate tão importante e que isso é uma ação mínima que este Parlamento pode fazer, é permitir a abertura desta Casa para que a gente possa ouvir vocês que, de fato, são maioria nessa sociedade. E que, infelizmente, o retrato não só do nosso Estado de Rondônia, mas o nosso Brasil demonstra de forma muito clara, o preconceito, o racismo estrutural, a violência às mulheres negras.

E aqui a gente fala das mulheres negras, mas sabemos que essa é a dor de todas nós, porque a gente vive um retrato muito triste no Estado de Rondônia.

Ontem, quando teve esse processo da inauguração da Procuradoria desta Casa de Leis que trata sobre a pauta das mulheres, foi falado o absurdo que vivemos no Estado de Rondônia. E nesse processo, todas nós, mulheres, somos vítimas e precisamos dar visibilidade ao que acontece com as mulheres negras nesse Brasil, mas também no Estado de Rondônia, porque é através de orçamento, é através das escutas que nós podemos mudar a realidade.

Não tem condições de mudar a realidade da violência no Estado de Rondônia, do feminicídio, se não houver orçamento. É preciso que, sobretudo, nós tenhamos homens e mulheres comprometidos com essa pauta, seja nos espaços de poder e nos espaços de decisão, para que a gente possa fazer uma construção coletiva.

E construção coletiva só é possível fazer quando a gente se permite ouvir. Quando a gente se permite ouvir a diversidade, quando nós nos permitimos ouvir a dor de nossas irmãs. Eu gosto muito de fazer esse debate, eu gosto muito de fazer as Audiências Públicas, porque é através das Audiências Públicas que a gente pode conversar, que a gente pode ouvir, de fato, a dor das pessoas e a gente poder avançar.

Eu sempre digo que na política não tem condição de a gente avançar se a gente não se compadecer com a dor das pessoas, estejam essas pessoas onde elas estiverem. A política é, sim, um ato de amor e de responsabilidade com a vida das pessoas. Então, é muito importante que, nesse processo, a gente possa ouvir.

E a nossa metodologia de trabalho aqui, hoje, primeiramente, a gente vai conceder a palavra, daqui a um pouquinho, à nossa grande amiga, companheira Rosa Negra. Ela vai fazer uma exposição aqui para a gente, de dados, de

informação. Depois, nós vamos abrir aqui, se suficiente for, 10 inscrições para ouvir vocês. Se precisar de mais, abriremos mais inscrições. Caso contrário, ouvindo as 10 mulheres, nós retomamos aqui para a Mesa para que a gente possa dar o encaminhamento à nossa Audiência Pública.

É muito importante que as falas sejam propositivas, no intuito de trazer proposta para que a gente possa dar continuidade a esse debate.

A Audiência é toda gravada, toda filmada, transmitida. Inclusive quero agradecer a todos que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV Assembleia, por todos os canais de comunicação.

E a nossa Taquigrafia, quero aqui cumprimentar as meninas que estão ali, que estão fazendo toda a Ata. Depois vai ser disponibilizado a todos vocês. E, do mais, agradecer a toda a equipe aqui da Casa, que dá todo o suporte para nós, mas também agradecer a minha equipe do gabinete, que tem nos ajudado a conduzir os trabalhos. A gente nunca é bom sozinho nessa caminhada, então é importante que a gente se reconheça.

Então, nesse momento, quero convidar a nossa companheira Rosa Negra para que ela possa dirigir à tribuna, para poder fazer a sua explanação. E, logo depois, nós vamos já fazer as inscrições para a gente começar o nosso debate. Tudo bem? Obrigada.

A SRA. ROSENILDA FERREIRA DE SOUZA SILVA (Rosa Negra)
- Boa tarde a todas as mulheres que se fazem presentes nesta plenária maravilhosa, linda. As mulheres que chegaram agora de manhã, que já estão nessa Audiência. Quero saudar os alunos que estão ali na galeria. Muito bem-vindos todos

os professores e professoras que atenderam o nosso chamado, a nossa fala com a companheira Cleide Blackman, ali no Instituto, pela sua presteza ali com a gente e organização com essa marcha.

Quero, em nome da companheira Luciene, saudar o nosso Comitê impulsor, o Comitê que organizou a marcha no Estado de Rondônia. Todas as mulheres. Se eu for dizer nome, vai ficar alguém de fora. Mas, o Comitê que nos ajudou, que organizou a marcha, que saiu por esse Estado fazendo debate às rodas de conversa.

Posto isso, quebrando os protocolos, saudar a nossa Deputada Cláudia de Jesus. Muito obrigada pela sua sensibilidade em atender os nossos pedidos. Foram muitos. Ficamos aqui, maratonamos pelo gabinete – viu, Benê? – no diálogo com a nossa deputada e também com toda a sua equipe.

Deputada Ieda Chaves, também uma mulher muito sensível, que tem nos atendidos. Quando ela não está, a equipe dela nos atende com muita presteza. E quero aqui, sem fazer injustiça, citar a Irana, que é a pessoa que a gente mais incomoda e está sempre nos atendendo. Então, agradecer. E a equipe da Deputada Cláudia de Jesus é nossa, então a gente já se sente mais à vontade.

Quero saudar a Doutora Lia, que também nos recebeu esses dias à noite. Doutora, muito obrigada pela sua sensibilidade. No final da tarde, já umas 19 horas, ela: “Não, eu vou atender elas”. E ela atendeu essa equipe de mulheres. Ficamos um tempo conversando. Foi muito maravilhoso estar contigo. E também agradecer pelo seu acolhimento.

Luiz Fernando, saudar também o senhor. Saudar a Aline Costa, a Senhora Ada Alves; Doutor Fábio, que a gente

também se sente à vontade para dizer que é nosso, nos diálogos. Presidente do Cepir, que tem nos atendido. E eu quero agradecer, Fábio, principalmente pela sua humildade. Por todas as coisas que você idealiza, você está conversando com a gente, conversando com os movimentos, conversando com a sociedade civil. Isso faz toda a diferença para a gente e é muito importante.

Eu quero também fazer menção à Rafaela, que foi uma das primeiras pessoas que nos recebeu para falar da Marcha das Mulheres Negras, ali na OAB. E muito rapidamente ela organizou com o Presidente e nós chegamos, ela disse: "Eu quero que vocês venham quando o Presidente estiver, porque é com ele que a gente tem que dialogar". E foi muito bom ser recebida por ela. Muito obrigada, Rafaela, porque essa é uma construção de muitas mãos, e você também faz parte dessas mãos que ajudaram a construir a Marcha das Mulheres Negras.

Eu quero saudar aqui a nossa Presidente da CUT, mulher preta, aguerrida, que está sempre à frente das batalhas. Então, Elzilene, muito obrigada pelo seu posicionamento, pela sua firmeza e pela grande mulher que você é. Quero fazer referência a você e dizer que eu sou porque nós somos. Porque você é, eu sou e todos nós somos. Está bom?

Saudar aqui a Presidenta do Sintero, uma mulher também muito aguerrida, que tem feito grandes enfrentamentos no Estado, com muita maestria, trabalhando com sua equipe, que não é fácil de ser liderança no Estado de Rondônia. É necessário muita coragem e disposição. Então, saudar a presidenta e, em nome dela, saudar todas as nossas companheiras da executiva do Sintero que estão aqui nessa tribuna também. Estão sentadas ali, que são minhas amigas de luta, mulheres de coragem, que não nos deixa no meio da estrada, que estamos de mãos dadas nessa caminhada.

Eu vou ler um documento e eu já acordei com a Mesa, com a deputada, que as mulheres que nos complementam aqui, que vão fazer aqui complementar a minha fala. Eu vou ler esse documento que nós vamos protocolar junto aos Poderes e ao Governo do Estado. Nós somos mais de 68% da população de Rondônia de negros e negras.

O objetivo e o debate dessa marcha é para trazer as mulheres negras da invisibilidade. Somos a maioria no Estado de Rondônia e, no entanto, nós não nos enxergamos, principalmente nas repartições públicas. Nós olhamos para o lado, se faz o teste do pescoço, quando chegar nos espaços, faça o teste do pescoço. Quantas pessoas negras estão no Ministério Público? Quantas pessoas negras e negros estão no TJ (Tribunal de Justiça)?

Então, nós precisamos entender porque esta população, sendo maioria, que conduz esse Estado, mas não estão nesses espaços de Poder e decisão? Porque não basta estar nos espaços de Poder, nós precisamos estar nos espaços de decisão, porque quem decide que decide as nossas vidas. É quem assina os projetos. É o poder da caneta.

Então, nós precisamos entender acessibilidade. Como que o Estado de Rondônia está tratando os negros e negras? Então, essa marcha é para trazer as mulheres negras, que são as mães da vida, da invisibilidade para a visibilidade política.

A marcha acontece há 15 anos no Brasil, há 10 anos no Brasil, mas nós não conseguíamos colocar uma marcha nas ruas de Rondônia, no Estado de Rondônia. Por quê? Quais eram as dificuldades? E nós sabemos agora, não é, Luciene? O tamanho do desafio que nós enfrentamos para articular essa marcha.

Dez anos, todo o Brasil marcha, todos os anos, mas em Rondônia a gente não conseguia colocar nas ruas. Porque, quando a gente faz um diálogo sobre os negros e negras, vêm as conversas: “mas, por que só os negros”, os porquês. E aí, tem um momento que eu digo assim: eu não estou à disposição para dar aula de história. Mas, tem um processo histórico em tudo isso, tem um processo que jogou os negros e negras à margem da sociedade. São 137 anos de abolição inacabada, porque nós continuamos morrendo, nós continuamos no topo de todas as violências, nós continuamos sendo jogadas na periferia, nas palafitas, nos mucambos.

Nós ainda estamos na informalidade. A maioria das mulheres negras, chefes de família, estão na informalidade. É disso que nós estamos falando, hoje. Quando uma mulher negra se movimenta, ela movimenta toda uma estrutura junto com ela. Nós sabemos cuidar da senzala inteira para que nenhum morra, para que nenhum seja sucumbido. Nós sabemos o que é dar as mãos. Nós sabemos.

Choramos juntas, mas caminhamos juntas, porque é assim que nos ensinaram as que vieram antes de nós. As que não tiveram voz, mas nós estamos dando voz a elas. E nós estamos abrindo caminhos para que as que vierem pós nós, tenham dias melhores. E eu vou começar agora a leitura do documento.

“Por Equidade, Justiça e Bem Viver.

Às Autoridades do Estado de Rondônia, ao Governo Estadual, às Prefeituras Municipais, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, às Câmaras Municipais e demais órgãos públicos.

Nós, mulheres negras de Rondônia, organizadas na Marcha das Mulheres Negras, viemos a público reafirmar nossa presença, nossa força e nossa luta histórica. Somos

trabalhadoras, mães, cuidadoras, quilombolas, ribeirinhas, indígenas, urbanas, camponesas, lideranças comunitárias, artistas, intelectuais e defensoras de direitos. Representamos a memória, a ancestralidade e o futuro de nosso povo.

Marchamos porque não aceitamos mais a invisibilidade que marca nossas vidas e corpos. Marchamos porque a democracia e as políticas públicas só serão plenas quando incluírem efetivamente as mulheres negras, que constituem a base da sociedade brasileira e sustentam este Estado com seu trabalho e resistência cotidiana.

1. Saúde da população negra e saúde da mulher negra.

Implementação integral da Política Nacional de Saúde da População Negra, garantindo orçamento, estrutura e no Estado de Rondônia.

Criação e fortalecimento de Clínicas da Mulher com atendimento humanizado, prevenção de doenças e atenção específica à saúde da mulher negra, incluindo saúde mental.

Combate ao racismo institucional no SUS, com formação permanente de profissionais de saúde.

Implementação e funcionamento efetivo da Casa da Mulher Brasileira". É uma luta nossa de tantos anos, um projeto do governo federal, que chega para todos os Estados. No entanto, no estado de Rondônia, é uma luta diária, a gente não consegue fazer com que esta Casa seja instituída no Estado.

É algo terrível, faz parte do processo de apagamento das mulheres, porque a Casa da Mulher Brasileira só vai ser preciso muito pouco do Estado, do município, para que ela seja implantada. O que está faltando para que a Casa da Mulher Brasileira chegue realmente ao Estado de Rondônia?

"Implementação da Casa da Mulher Brasileira como espaço de acolhimento, proteção e reconstrução da vida das mulheres vítimas de violência.".

Eu quero abrir um parêntese: Rondônia não sai do primeiro lugar em feminicídio. Não dá, deputadas e demais autoridades que estão nessa Mesa! O que está faltando para proteger as mulheres? Que rede é essa que não nos protege? Que rede de proteção é que tem vários gargalos? Por que Rondônia não sai do feminicídio?

E aí, quando a gente faz o recorte de raça, as mulheres negras estão no topo de todas as violências. E não é mi-mi-mi. O que falta para que a gente possa ser protegida nesse Estado que mais estupra, que mais mata, que mais viola direitos? Realmente, nós estamos marchando por isso.

"2. Educação antirracista e de Qualidade.".

O Estado de Rondônia não avança. Não adianta a gente discutir racismo institucional de forma rasa. Nós precisamos saber como vamos fortalecer a política de igualdade racial nesse Estado. E ela perpassa pela educação.

"Cumprimento integral da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008, que inclui a educação indígena.

Implementação do Plano Estadual de Educação para as Relações Étnico-Raciais com metas claras, monitoramento e participação da sociedade civil.".

A gente já tem uma discussão com a Seduc. Já estávamos bastante avançadas – não sei como a gente continua agora – mas acredito que a política permanece.

Nós precisamos dialogar realmente com a Secretária de Educação, porque a educação para as relações étnico-raciais precisa acontecer de fato e de direito em nosso Estado. E nós precisamos de metas, monitoramento e a participação da sociedade civil.

"Ampliação do acesso à educação básica e superior para a juventude negra, com políticas de permanência para essa juventude.". Não é possível que a cada 23 minutos, no Brasil, nós choremos um dos nossos filhos mortos. Isso significa que, enquanto nós estamos aqui, senhoras e senhores, fazendo esse diálogo, vários jovens já tombaram. A cada 23 minutos morre um jovem. São nossos filhos que nós estamos chorando.

"Programas de combate à invasão escolar de meninas negras, com foco em prevenção à violência, gravidez precoce e oportunidade de futuro.". Não é possível ainda Mãe Ana, que as nossas filhas sejam chamadas ainda de "macumbeiras" na escola. Nós precisamos fazer esse diálogo. Precisamos dialogar com a educação.

Inclusão é necessária. Transversalidade fica só no papel. Precisamos avançar. E um foco que em Rondônia acontece muito - somos região de fronteira - é a prevenção à violência e à gravidez precoce, para que essas meninas tenham uma oportunidade de futuro.

"3. Moradia e Direito à cidade.

Programas de habitação popular com prioridade para mulheres negras chefes de família.".

O que nós estamos falando é da implementação da política, porque os programas de governo passam. Os programas são do governo atual, mas a política, quando a gente estrutura uma política de moradia, é a política

estruturada. Quem chega vai continuar implementando. É necessário.

"Regularização fundiária em áreas urbanas e rurais, com proteção dos territórios quilombolas."

Nós estamos vivenciando em Rondônia assassinatos em série. Que direito à terra é esse? Por que ainda estamos sendo mortas e mortos? Por que famílias inteiras estão sendo mortas neste Estado? Então, precisamos urgente da regularização fundiária.

"Acesso ao saneamento básico, Água potável e energia de qualidade nas comunidades urbanas e rurais." A gente vem conversando sobre isso há anos.

"Política de mobilidade urbana que considere a realidade das mulheres negras trabalhadoras.

4. Cultura, Identidade e Ancestralidade.

Reconhecimento e fomento às manifestações culturais afro-brasileiras e quilombolas no Estado de Rondônia.

Criação de editais específicos de cultura para mulheres negras, artistas e coletivos culturais.

Preservação da memória e da ancestralidade africana e afro-brasileira, com incentivo a museus, centros culturais e ações educativas.

5. Justiça, Equidade e Bem Viver.

Políticas efetivas de combate à violência contra a mulher negra, com atendimento intersetorial e humanizado.

Garantia de acesso à Justiça, fortalecendo a atuação da Defensoria Pública nos territórios periféricos, quilombolas e ribeirinhos.

Políticas de geração de trabalho e renda voltadas às mulheres negras, como acesso a crédito, capacitação e incentivo ao empreendedorismo.

Incorporação do princípio do Bem Viver, como horizonte para todas as políticas públicas, reconhecendo que o desenvolvimento só é possível com justiça racial, equidade de gênero e sustentabilidade.". Sem isso, não tem como ter um bem viver nesse Estado.

E é por isso que nós estamos marchando. É por esses 68% de pretos e pretas desse Estado. Nós precisamos avançar e a gente só avança quando a gente vive bem. Bem viver é isso. Bem viver é viver sem violência. Bem viver é ter emprego. Bem viver é não ver os nossos filhos morrer todos os dias. Isso é bem viver.

Então, hoje nós estamos marchando por uma sociedade melhor, Adriane. E vou reiterar. Nós, mulheres negras, somos as mães da vida. Somos o berço, somos aquelas que embalam. Somos aquelas que deixaram os nossos filhos sem amamentar para amamentar os filhos dos senhores. Mas, era necessário para que todos na senzala não sofressem os castigos. Nós continuamos fazendo isso. Nós continuamos fazendo isso, quando nós estamos no subemprego, quando nós estamos trabalhando até morrer, enquanto os nossos filhos muitas vezes estão na vulnerabilidade social, sendo massacrados e violentados.

É por isso que nós estamos marchando. E é por isso que a gente continua em marcha. Vamos marchar enquanto houver uma mulher violentada. Enquanto houver um jovem sendo morto, nós vamos marchar.

E eu quero deixar aqui para vocês a palavra *Ubuntu*, ela tem que ser real nas nossas vidas: "Eu sou porque nós somos". Uma sobe e puxa a outra. É cantando em rodas, é de

mãos dadas que nós vamos vencer todas as adversidades deste Estado de Rondônia.

Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Parabenizar a Rosa pela luta, pela coragem, pela determinação. A Rosa nos representa muito e é um grande exemplo para todas nós nessa caminhada. Mais uma vez, uma grande salva de palmas para essa grande líder, que é a Rosa Negra. Parabéns pelas palavras, pela exposição, Rosa.

Dando continuidade aos trabalhos. Primeiro eu quero perguntar se vocês estão sentindo frio, pessoal? Está frio o ar? Se estiver. Está frio? Pessoal da Casa, dá esse apoio para a gente, ajusta isso, porque senão não dá para participar aqui da audiência sentindo frio.

A gente quer agradecer aqui a presença dos alunos e as alunas da Escola Murilo Braga e ao Professor Chiquinho. Sejam bem-vindos e bem-vindas. Obrigada ao Professor Chiquinho por estar junto com os nossos jovens. Agradecer também a Luciene Lisboa, a Pérola Negra, Coordenadora do Preti-Comitê.

Agradecer também a presença do Professor Cássio Alves e de todos os alunos do Ifro, que a gente já agradeceu, mas agradece de novo. Agradecer aqui a Senhora Jéssica Ribeiro Cardoso, membro e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Ativismo de Rondônia sobre Tecnologia, Estado e Sociobiodiversidade. Obrigada pela presença.

Quero agradecer também a presença aqui da Giovana Barros, sindicalista do Sindur (Sindicato dos Urbanitários do Estado de Rondônia), obrigada pela presença. Agradecer também a presença da Silvia, da Superintendência de Cultura

aqui do Estado; a Tereza Janete, Superintendência do Trabalho aqui de Rondônia.

O nosso combinado agora é abrir as falas. Nós queremos abrir aqui dez falas para que vocês possam participar, expor. Quatro companheiras nossas pediram que querem fazer uma exposição primeiro, é a Luciene Lisboa, a Eva da Silva, a Ana Carla e a Jamyle Brasil. Essas quatro já querem fazer uma exposição, nós reservamos um tempinho de três minutos para cada uma. Tudo bem? Luciene, acha que esse tempinho dá para fazer?

E nós já vamos fazer as inscrições. Eu gostaria de pedir às meninas do Cerimonial que, tanto aqui como ali em cima também, quem queira também participar, a gente vai dar essa oportunidade a todos.

Eu gostaria também de dizer que aqui na Mesa nós temos a Doutora Lia, que está participando conosco, porém, ela tem um compromisso. Então, a gente vai ouvir algumas falas e vai abrir para ela fazer a fala dela para depois se retirar. A Deputada Ieda também está com outro compromisso. E a gente vai estar intermediando aqui entre as falas dos inscritos e a fala da Mesa. Está bem, pessoal?

Então, eu gostaria de convidar agora a Luciene, do Preti, para que ela possa vir aqui fazer a sua exposição aqui na frente. A gente reserva um tempinho de três minutos. Quando completar o tempo, eu aviso aqui. Pode vir aqui na tribuna.

Cafezinho para a turma ali de cima. Vou pedir para a galera aqui dar um apoio, levar um cafezinho. Assessoria, peça lá por gentileza, Andréia. Um cafezinho para a galera lá de cima também. E aqui também, trazer um cafezinho, porque está frio, um cafezinho ajuda. Não é, meninas?

A SRA. LUCIENE BRITO LISBOA FERREIRA (Pérola Negra) - Boa tarde a todas as mulheres, boa tarde a todos. É muito gratificante estar aqui. E eu quero saudar todos aqui, primeiramente, saudando a minha avó Dio, a minha mãe Ana e a minha filha Pérola. Estar aqui hoje é representar aquelas que não puderam falar, e a minha filha, que um dia estará aqui também construindo essa luta.

Essa marcha, para nós, é um momento muito histórico. Sou chorona. Eu falo que sou a mais nova dessa geração. E a Rosa, muito esperta, me jogou no meio de um monte de mulheres em Belém. E quando eu conheci todas aquelas mulheres e descobri a minha negritude, eu me apaixonei por esse momento. Então, assim, estar aqui hoje é maravilhoso.

Então, excelentíssimos parlamentares, autoridades presentes, não vou falar porque eu vou chorar, então vou ler, para não chorar mais. Companheiras de lutas, irmãs de caminhada, e todos que compreendem a importância desta Audiência Pública.

Hoje, ao pisarmos nesse espaço de poder, ocupamos, não por concessão, mas por direito, por legado, por ancestralidade. Esta Audiência Pública marca não apenas o início de uma marcha pelas ruas de Porto Velho, mas também o avanço de uma luta que se arrasta há séculos.

Marchamos porque somos as que estão no topo de todas as estatísticas de violência. Somos nós, mulheres negras, que mais sofremos com o feminicídio, com a mortalidade materna, com a exclusão do mercado de trabalho formal, com a ausência de representatividade política e institucional. Somos nós que criamos os filhos da nação, mesmo quando o Estado insiste em não cuidar de nós. Ainda assim, resistimos. Ainda assim, florescemos. Ainda assim, curamos.

Esta marcha é por bem viver, mas que bem viver é possível quando a maioria de nós sequer tem o direito de existir plenamente? Quando as oportunidades reais no Estado de Rondônia não nos alcançam? Quando a juventude preta continua morrendo nas esquinas das invisibilidades do Poder Público?

Marchamos por reparação, porque não há justiça social sem justiça racial. Porque o 13 de maio de 1888 não nos libertou, ele apenas nos jogou na informalidade, na marginalização econômica e social, uma estrutura que ainda hoje, sustenta os índices de desigualdades que vivemos em 2025.

E é essa mesma informalidade que ocupa os subempregos, não porque as mulheres negras não estão preparadas, mas porque a sua cor chega primeiro. Basta percorrer o centro da nossa capital para perceber, não vemos mulheres como eu, gerenciando empresas, ocupando cargos de liderança nas grandes estruturas do Estado. Eu me pergunto: quantas Luciene já foram negadas? Quantas vezes o racismo nos excluiu, antes mesmo da entrevista de emprego.

Marchamos por bem viver, porque acreditamos em outra forma de existência. Com dignidade, com espiritualidade, com ancestralidade, com natureza, com vínculos e com cuidado coletivo. Marchamos com nossas vozes, com nossos corpos, com os nossos passos. E reafirmamos, ninguém solta a mão de ninguém.

Convidamos todas e todos a se somarem, porque quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura se movimenta com ela.

Eu quero dizer que, nesses oito meses, nós marchamos por toda essa cidade de Porto Velho e interiores. Nós buscamos encontrar todas as mulheres negras que, às vezes,

não sabiam os seus direitos, não conheciam o porquê essa marcha significa.

Então, hoje, eu quero convidar, reafirmar à sociedade a marchar por reparação, a ajudar a curar esses corações. Porque quantas mulheres como eu, precisam ser acolhidas, precisam ser encontradas, despertadas?

Então, encerro essa fala com a força de quem inspira há décadas, como a grande Angela Davis: "Não aceito mais coisas que não posso mudar, mas estou mudando as que não posso aceitar". Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Parabéns, Luciane, continue firme nessa grande caminhada. A sua luta, a sua dedicação é muito importante e encoraja todas as mulheres. Eu falei que ia avisar do tempo, mas estava a fala tão importante dela, eu falei: "Não, não vou falar". Aí as demais, assim, a gente estima esse tempo de três minutos, eu não quero ficar pedindo para vocês pararem, porque as falas são muito importantes.

Mas, vocês só tentem ser mais ágeis para todas poderem participar, está bem? Agora eu quero chamar a Eva da Silva Alves, que é escritora, para poder fazer a fala. As meninas estão inscrevendo, ali as mocinhas do Cerimonial, está bom? Eva, cadê você?

A SRA. EVA DA SILVA ALVES - Saudações a todos, a todas as pessoas que estão aqui e que nos acompanham neste momento. Eu gostaria de saudar, em nome da nossa representante, que trouxe essa fala tão importante para nós, tão empoderada, e que nos faz ir muito além, a Rosa Negra.

Em seu nome, Rosa, eu gostaria de saudar a Deputada Cláudia e também a Deputada Ieda. Parabenizar a Deputada Cláudia, porque nós vemos na senhora uma esperança de fazer com que a população negra pare de morrer nas esquinas, pare de ser apagada, silenciada – não só o processo histórico que nos trouxe até aqui, mas o processo que vai levar para a nossa história também.

Hoje eu falo em nome das escritoras negras e também das escritoras que escrevem e que trazem, em seus textos, personagens negros. A literatura também é lugar de apagamento da história das pessoas negras. Que insistem em nos colocar lá apenas com papéis – aqueles mesmos papéis que apenas nos permitem existir numa sociedade real também são nos dados na sociedade ficcional, por assim dizer.

Então, aproveitando os meus três minutos, eu gostaria de deixar aqui o nosso pedido, deputada: que haja, no Estado de Rondônia, um Projeto de Lei para que a literatura produzida nesse Estado chegue às escolas básicas. Até hoje esse Estado não valorizou a literatura que é produzida aqui.

Boa parte da literatura que é produzida neste Estado é uma literatura regional de expressão amazônica. E o que quer dizer isso? São literaturas que trazem personagens indígenas e suas histórias, personagens negros e suas histórias, personagens ribeirinhos, garimpeiros – o povo do jeito que Rondônia é. Rondônia não é asfalto e condomínio fechado. Rondônia é rural, é ribeirinha, é campo, é gente na luta.

E essas literaturas não chegam às escolas. Por quê? Porque, sim, elas estão nos projetos, estão no LEE, estão no Alfa, porém, na hora de fazer aquisição, não é lei, não tem recurso. No entanto, sempre sobra recursos milionários

para dar às crianças literatura produzidas em outros lugares. Mas, não A História Taupaná, escrita por Iap Verônica; mas não a Estrela D'Al, escrita por Eva Alves; mas não a literatura escrita por Célia Marques, por Cleide Beckmann, que traz a história da população negra, que foi trazida para cá e violentada em todas as formas.

Então, essa é uma solicitação nossa, em nome da marcha, de pedir, solicitar à senhora que leve a esta Casa a propositura de um Projeto de Lei que traga a literatura regional de expressão amazônica, com personagens negros, indígenas e outros mais. Para que, assim, as nossas crianças não possam saber, desde bebês, que nós existimos.

Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Eva. É muito justo seu pleito.

Ontem, nós tivemos aqui também uma grande Audiência Pública da cultura e foi um momento importante, que a gente ouviu os artistas do Estado de Rondônia.

E teve um dos artistas que cuja reivindicação dele é para que, nas rádios, nos meios de comunicação, se tocassem as músicas dos nossos artistas de Rondônia - que seja também uma obrigatoriedade valorizar a nossa cultura.

A gente tem uma cultura especial. A gente tem muita coisa boa. E, às vezes, a gente valoriza tanto quem está de fora e não valoriza as nossas riquezas.

E o pleito que você fez aqui é muito justo. Na hora de comprar materiais para as nossas crianças - as literaturas - às vezes a gente vai comprar de quem está lá no outro Estado e não valorizamos nossas riquezas.

Então, a gente realmente precisa fazer o desenvolvimento do Estado de Rondônia. E fazer desenvolvimento é a inserção de todo mundo dentro desse projeto de construção.

E a gente vai trabalhar, sim, essa proposição. Até porque a Eva já se colocou à disposição, já trouxe também uma proposta, e vamos caminhar para frente.

Nesse momento agora, nós já estamos com as inscrições do pessoal, mas a Doutora Lia Araújo, Diretora-Geral do Tribunal Regional Eleitoral, pediu a fala. Então, a gente vai conceder a fala para a senhora. Fique à vontade, se quiser falar daqui ou se quiser ir à tribuna. Está bem?

A SRA. LIA MARIA ARAÚJO LOPES - Primeiro, eu peço desculpas por antecipar - só apenas, esse cumprimento com todas e todos - mas, devido às agendas já marcadas lá no Tribunal, e como a Rosa Negra falou, a gente teve esse contato antes de ontem, então acabou que não deu tempo de mudar muita coisa.

Eu cumprimento a Deputada Cláudia de Jesus e a Deputada Ieda Chaves, em nome de todas e todos da Mesa. A Pérola e a Rosa Negra, em nome de todas as pessoas que aqui estão. A Solange Mendes Garcia, Assessora de Sustentabilidade, Inclusão e Acessibilidade do Tribunal - e, por meio dela, cumprimento todos os meus colegas do Tribunal que aqui estão e todas as presentes e os presentes, de todas as etnias, cores, quilombolas, indígenas, professores e alunos que aqui estão, servidores - enfim, a toda essa Casa.

Fico com uma alegria imensa de estar aqui nesse momento de fazer parte desse momento tão importante, onde

nos reunimos aqui na Casa do Povo, do nosso Estado, para discutir essa pauta tão bem indicada, Rosa, tão bem colocada e organizada por você, aqui com o consentimento e a sensibilidade da Deputada Cláudia.

Eu sou pesquisadora das comunidades à margem. E ultimamente trabalho em uma pesquisa de Doutorado do feminismo. Trabalho o espaço de poder das mulheres, as mulheres no espaço de poder, e compreendo perfeitamente essa pauta das mulheres negras. E quero dizer para vocês, apenas um início, porque aqui não dá para a gente falar muito, vai ser muito rápido.

Antes de sermos mulheres, de sermos negras ou brancas ou indígenas ou quilombolas, nós somos seres humanos. E isso é preciso ter em mente para que se tenha igualdade em uma sociedade, que primeiro se traga para a consciência de todas as pessoas esse início, esse norte. As mulheres, pela própria história, e isso não é mi-mi-mi, como bem disse a Rosa, pela nossa história de gênero, de mulher, que não tem como ser desmentida, nós já sabemos da nossa diferença de tratamento e de luta em relação aos homens.

Então, já temos um preconceito, todas nós mulheres já passamos por isso e passamos já, da nossa ancestralidade, por essa dificuldade, por essa luta. As mulheres negras enfrentam o duplo preconceito: o de mulheres primeiro e o de serem negras, a do racismo. Se nós, mulheres brancas, e aqui me incluo, temos dificuldades, a nossa história mostra, quiçá as mulheres negras que passaram na história por dificuldades imensas que nós, mulheres brancas, não passamos. Nós não sofremos a escravidão. Quem sofreu foram as mulheres negras.

Então, não tem como dizer que isso é mi-mi-mi. Não tem como fazer de conta que isso não existe, deputada. Isso

existiu, isso é real e isso ainda está, ainda sobrevive na nossa estrutura social. Ainda sobrevive na nossa constituição como seres humanos, porque nascemos dentro dessa cadeia de culturas e de acultramento.

Hoje nós, mesmo com todo o conhecimento que nós buscamos, é real a luta que cada uma de nós enfrenta para desconstruir tantas coisas, tantos preconceitos construídos na nossa gênese. Eu digo que o maior desafio é vencermos nós mesmos, nós mesmas, cuidando de cada atitude, de cada olhar que temos diante das situações que envolvem as mulheres.

Outra situação que eu digo, que essa luta de gênero, de mulheres, essa luta feminista, não pode ser só de mulheres. Essa luta precisa ser da sociedade, por seu turno composta de homens, mulheres, adultos, jovens, crianças. Se essa luta for unilateral, só de um gênero, nós não vamos ver grandes mudanças, grandes avanços. Sinto muito. Essa luta precisa ser dos nossos filhos homens, precisa ser dos nossos maridos, dos nossos companheiros de trabalho. Essa luta de mulheres e de mulheres negras, precisa passar por todas as famílias, por todos os ambientes públicos e privados, para daí sim, conseguirmos ver uma mudança, porque ela é cultural, ela está entremeada.

É verdade o que a Rosa aqui falou? Cadê as negras, as mulheres negras no Ministério Público, na Magistratura, no serviço público, nas Assembleias Legislativas, no Congresso? Mulheres são pouquíssimas, e negras, então, menos ainda. Tudo isso, em que pese nós mulheres sermos mais de 50% do eleitorado desse país.

Então, não se envergonhem – homens, crianças, jovens, meninos, estudantes, meninas – em levantar a bandeira da luta do gênero e da luta das mulheres negras, porque isso

não é mi-mi-mi. Isso é necessário para alcançarmos igualdade que ainda está muito distante.

Ao ouvir aqui a Rosa Negra, a Luciene falarem, a Rosa Negra, a Pérola Negra, nossas queridas. É de chorar o coração, não é? E o que elas falam não é só emocionante, é verdade. É muito fácil a gente fingir que nada disso acontece. Eu, por exemplo, branca, não sofri esse preconceito que ela negra sofre. Mas, eu não preciso sofrer, gente, para que eu entenda e sinta a dor. Precisamos sentir a dor do outro, porque afinal somos seres humanos. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Doutora Lia, pela sua contribuição, pelas palavras. E agora a gente volta novamente às nossas falas. Eu vou controlar mesmo o tempo agora, pessoal, porque senão a gente vai se estender bastante. Nós temos ali em cima três inscritos, as meninas já estão ali com os microfones também. E a gente vai revezando para ouvir. Tem algumas pessoas daqui da Mesa também que vão ter que ir falando, que têm compromisso. Então, a gente vai intercalando aqui para que todos possam participar e fazer um bom debate.

Agora, eu passo a fala para o inscrito, o professor do Ifro Cássio Alves.

O SR. CÁSSIO ALVES LUS - Boa tarde. Em nome da Rosa Negra, eu cumprimento a Deputada Cláudia de Jesus e toda a Mesa. E gostaria de parabenizá-la por esse momento.

Para a gente, do Instituto Federal, é um momento extremamente importante, porque mostra para os alunos como que uma política pública é construída a partir de um

movimento social, das propostas que são apresentadas pela sociedade civil. Os alunos passam a compreender que a política pública bem construída precisa partir de baixo para cima – e não de cima para baixo –, ouvindo todas as representações políticas e sociais.

Então, para nós, professores, educadores do Instituto que estão aqui presentes, professora Aline, Cledenice Blackman, professor Doca, professor Bruno, é um momento muito oportuno para que nós possamos estender essas discussões em sala de aula. E discutir a política de reparação é absolutamente importante, porque faz com que a gente realmente perceba que somente políticas de igualdade social previstas na Constituição, sem que haja antes uma reparação, ela não vai funcionar a médio e a longo prazo.

Então, nós já temos alguns exemplos no mundo de países que vêm adotando políticas de reparação antes mesmo de adotar políticas que visem igualdade política e social. Então, a reparação financeira, a reparação política, a reparação jurídica, os perdões de dívidas são extremamente importantes para que países que tiveram suas populações massacradas pela escravidão consigam prosperar economicamente.

Eu gostaria de pedir para a Deputada Cláudia de Jesus que permita mais espaços como esses e insira os estudantes das escolas públicas em discussões políticas para que os alunos compreendam como que essas propostas são construídas na base. Nós temos algumas iniciativas do governo federal, temos algumas iniciativas como o Programa Jovem Senador. E eu penso que nós poderíamos trazer também políticas e iniciativas como essas para que nós possamos inserir os alunos, para que eles possam apresentar suas propostas.

Tivemos uma atividade recentemente em que os alunos apresentaram ideias legislativas no site do Senado Federal. Os alunos fizeram Projetos de Lei de iniciativa estadual e municipal. Então, nós gostaríamos de aproveitar esse momento e pedir um espaço na Assembleia Legislativa para que, posteriormente, os alunos pudessem apresentar essas propostas na tribuna. Propostas que incluem questões de raça, gênero e classe, que seria extremamente importante para que eles pudessem compreender de que forma eles podem contribuir politicamente, ocupar os espaços políticos, os espaços de poder e de decisão, e poder realmente, de fato, participar da construção de uma política pública sólida, duradoura, que vise realmente reduzir os impactos provocados pelo processo de escravidão com políticas de reparação, de ações afirmativas para as comunidades negras de Rondônia. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, professor Cássio. Nós estamos à disposição para trabalhar essa proposição. Isso já fica registrado aqui também nos Anais da Casa.

Então, a gente está à disposição, não só para ouvi-los, mas também trazer sugestões para quem sabe, até virar lei aqui no nosso Estado de Rondônia. O nosso mandato está de portas abertas, a nossa equipe está aqui - Gadelha, não sei se está por aqui, nosso Chefe de Gabinete -, mas peço à minha equipe que faça contato ali, para que a gente possa trabalhar essa proposição que o professor trouxe.

Pessoal, agora vamos ouvir a Ednair Nascimento, Conselheira do Compir (Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial). Dois minutinhos.

A SRA. EDNAIR RODRIGUES DO NASCIMENTO - Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a Deputada Cláudia de Jesus, que está aqui apoiando a gente aqui nessa marcha. A Deputada Ieda Chaves e todos os membros aqui da Mesa.

Eu gostaria muito de fazer uma fala pequena, mas de reforçar principalmente, a Lei Antirracista 10.639, de 2003. Eu tenho uma criança, uma filha, de seis anos. Ela é uma criança negra, atípica, ela se chama Dandara, e ela começou agora, a experienciar a vivência escolar. E ela sabe que é uma criança negra, ela sabe que é filha de uma mulher negra. Tanto que, ela é uma criança atípica, e eu a deixei hoje na terapia, e ela falou: "Mamãe, eu gostaria de ir. Eu quero marchar com vocês amanhã".

E aí, eu gostaria de trazer a experiência dela. Ela está agora começando a viver a sociedade, e ela tem passado por muitas experiências racistas, de querer alisar o cabelo, de não querer ser uma criança... Ela fala assim: "Mamãe, eu gostaria de ser branca, porque ser branca é mais fácil, não é, mamãe? Eu não entendo por que as pessoas brancas não gostam da gente, não gostam da nossa cor".

E por que eu citei uma Lei Antirracista? Porque esse é o primeiro momento da vida dela, de ela estar fazendo parte da sociedade. E a escola é essa sociedade a qual ela está vivenciando. Então, eu gostaria muito de pedir para a Deputada Cláudia de Jesus, para a Deputada Ieda Chaves - essa lei existe há mais de 20 anos -, eu sei que existem ações pontuais no Estado, ações também na Semed (Secretaria Municipal de Educação), aqui do Município de Porto Velho.

Mas, eu gostaria que o gabinete de vocês pudesse fiscalizar melhor. E que não fossem apenas ações pontuais, mas que fossem ações efetivas. Porque aqui, muitas colegas

como a Pérola, como a Rosa, e a gente se emocionando aqui, e todas nós, eu inclusive, passamos por experiências de racismo a vida toda. A gente sabe o que é isso. E eu não gostaria que minha filha e outras crianças passassem por isso. E a gente sabe que a educação é transformadora.

Então, se a gente começa a fazer isso desde lá atrás, desde o ensino infantil, desde os primeiros anos do ensino fundamental, a trabalhar isso não apenas com as crianças negras, mas com todas as crianças, também não negras, a gente vai ter uma sociedade muito melhor. E, daqui a alguns anos, a gente não vai precisar marchar, fazer uma marcha de mulheres negras, mas uma marcha de toda a sociedade que entende, que é consciente e que sabe da sua condição humana.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Ednair, pela sua contribuição. E é uma fala muito triste. A gente fica pensando, que o mundo é esse? Porque nós, adultos, até compreendemos, nós sofremos, mas, meu Deus, uma criança! Então, vemos que é uma situação muito delicada e que temos muito a fazer e muito a marchar, porque estamos muito distantes da realidade que precisamos estar.

Agora, convido a Ilda Azevedo. Também está aí em cima no plenário. Dois minutos, está?

A SRA. ILDA AZEVEDO - Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar a Mesa em nome da Deputada Cláudia e da Deputada Ieda, e cumprimentar o plenário aqui em cima, com os meninos, alunos do Ifro e o plenário aqui debaixo, que nós temos duas, não é? O plenário de cima e o plenário

debaixo, e em nome das minhas amigas guerreiras que estão todas participando.

Eu quero falar aqui a questão da BNCC. Nós temos uma Base Comum Nacional Curricular, que diz lá como o professor tem que falar em relação às religiões, em relação às culturas, inclusive, sobre a questão das raízes negras, as matrizes africanas. E eu não consigo entender o porquê dessas dificuldades nas escolas, hoje, para tratar esses assuntos.

É por conta de não se tratar desses assuntos, que estão lá na Base Comum Curricular, é que nós estamos passando por todos esses problemas hoje e nós temos que estar marchando, coisa que já não era para estar acontecendo há muito tempo.

Nós ainda estamos marchando para as mulheres negras serem respeitadas, porque isso é uma questão de respeito; não é só uma questão de cultura, é uma questão de respeito.

Então, quando a menina falou ali na questão que ainda ficam chamando os filhos dela na escola de "macumbeiros", eu quero dizer aqui que eu nasci e me criei ao redor de vários terreiros de umbanda. Porto Velho, antigamente, a 40, 50 anos atrás – que eu vou fazer 65 esse mês – eu me criei no meio de tudo isso. E as pessoas parecem que não conseguem entender que um terreiro de umbanda não é para fazer macumba para matar ninguém, não. Muito pelo contrário.

Terreiro de umbanda é para tratar da vida espiritual das pessoas e até mesmo com medicina alternativa, pois Deus deixou as plantas para tratar da vida e da saúde das pessoas. O problema é que as pessoas parecem não saber conversar sobre esse assunto.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Conclua.

A SRA. ILDA AZEVEDO - Concluindo, eu gostaria de pedir que as escolas abordassem esses temas em sala de aula, com os alunos porque está lá na Base Nacional Comum Curricular.

Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Ilda. A proposta da senhora já está registrada aqui. É importante as falas propositivas para que a gente possa ir avançando.

Nós estamos aqui com duas pessoas da Mesa que precisarão sair. Vocês podem ouvir mais? Então, está bom.

Nós vamos agora convidar aqui a Professora Cleide do Ifro e Prefeitura Municipal de Porto Velho, para fazer uso da palavra.

Enquanto ela chega à tribuna, eu quero agradecer a presença da Professora Maria da Glória, que é da Escola Castelo Branco. Também agradecer a presença do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas), Ifro Campos Calama.

Agradecer a presença da Amanda e também a presença da Senhora Leni Cordeiro, Coordenadora do Movimento de Mulheres Camponesas de Rondônia, o MMC.

Peço ao Cerimonial que providenciem o microfone para quem está aqui dentro do plenário, para facilitar para o pessoal poder fazer a fala.

A SRA. CLEDENICE BLACKMAN - Primeiramente, gostaria de cumprimentar à Mesa, na pessoa da Deputada Cláudia de Jesus, e também à Deputada Ieda Chaves, pela oportunidade de trazer à tona um tema muito importante para a nossa sociedade: a questão da mulher negra, principalmente, no nosso Estado de Rondônia.

Como já foi dito, Rondônia é um dos Estados que segundo Anuário de Segurança de 2020/2024 - e eu estou trazendo um dado já antigo - é o segundo Estado mais racista do Brasil, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul. Então, é um dado muito importante e que a gente precisa combater.

Gostaria também de cumprimentar as entusiastas da marcha em Rondônia, a nossa querida Rosa Negra e também a Pérola Negra, que eu conheci pessoalmente esse ano, há pouco tempo - a gente só se conhecia através de rede social e WhatsApp.

E ver a força, a coragem, engrandecer e agradecer por essa liderança de estar organizando a marcha aqui em Rondônia. E a gente sabe que não é fácil. Parabéns, querida Rosa Negra e Pérola Negra, pela força, pela coragem e iniciativa.

Também quero cumprimentar os nossos queridos alunos do Instituto Federal de Rondônia, ao Professor Cássio, que, quando a gente chegou na semana retrasada com ele, rapidamente, sem tempo, ele conseguiu ver a questão do ônibus e trazer o pessoal.

E também cumprimentar a Aline.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Concluir.

A SRA. CLEDENICE BLACKMAN - Eu sou escritora e pesquisadora. Hoje eu faço pós-doutorado em História da Amazônia, e o meu tema é um que há mais de 100 anos vinha sendo classificado às pessoas como sendo "barbadianas". Eu sou descendente da quarta geração de barbadianas em Porto Velho.

E quando eu fiz história, minha primeira graduação, eu cheguei na universidade, nosso currículo branco - a partir de visões de pessoas que vinham da Europa - só falavam de forma estigmatizada e nosso povo não tinha história. Há 20 anos eu venho catalogando. Esse livro é premiado nacionalmente, com o Prêmio Erê Dendê. Um prêmio de Afroliteratura.

Eu acredito que, não que Cleide Blackman seja melhor, mas ela veio conforme as outras mulheres negras, citando aqui a nossa Conceição Evaristo, a gente vem para abrir caminhos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Concluir.

A SRA. CLEDENICE BLACKMAN - E foi isso que aconteceu com o livro "Do Mar do Caribe à Beira do Madeira: a travessia de uma família de Barbados para o Brasil."

A minha família, de onde vem a nossa bisavó, Constancia Goodrich, uma doceira que trabalhou por muito tempo ali no Mercado Central. Mas, a minha fala não é somente - eu vou concluir, eu peço desculpa -, mas eu também gostaria de colocar que por muito tempo nós mulheres negras ficamos silenciadas. Em todos os espaços de poder,

nós somos colocadas à margem, silenciadas, caladas. Então, gostaria só de um pouquinho de paciência.

Eu tenho uma pesquisa de mais de 20 anos que não consegue chegar nas escolas. Eu sou professora e também sou produtora cultural. Tive que me tornar produtora cultural para que essa nova historiografia étnico-racial de uma comunidade, que não é somente barbadiana, que a gente fez a cartografia social e eu estou dando continuidade na UFPA (Universidade Federal do Pará) com um pós-doutorado em História da Amazônia. A gente está mostrando que a nossa história é pluricultural, de uma população imigrante negra que veio para Porto Velho trabalhar na estrada de ferro, mas eles não eram todos barbadianos: 50% eram barbadianos e 50% eram das outras ilhas, de Granada, Trindade e Tobago, Jamaica, São Vicente e outras ilhas.

Aqui a gente traz um trabalho inédito, em que a gente coloca a mulher negra, imigrante das Antilhas, como pioneira na educação. Infelizmente, quando você vai na história e na memória, quem é a pioneira na educação é uma mulher branca, porém, a pioneira deveria ser a professora Aurélia Banfield. Aqui, a gente fez a cartografia da mulher negra e como que esse trabalho, a Lei nº 10.639, que são as histórias a partir de um contexto étnico-racial, chega nas escolas?

A minha propositura é a seguinte, a gente já trabalha com várias questões, Cine Itinerante, de levar para as escolas municipais, e o que a gente percebeu? Falta a questão da formação dos professores, da comunidade escolar.

Então, a gente gostaria de propor que as escolas estaduais, municipais e as particulares, na sexta-feira, que houvesse temáticas étnico-racial, através de artes integradas. Para a gente juntar e, por exemplo, como levar

a musicalidade, levar a culinária negra, a religiosidade, as contações de história, a literatura, como a professora Eva colocou. Essa nova literatura que a gente vem construindo, enquanto escritoras e escritores em Rondônia, precisa chegar nas escolas.

Sarau. Tornar a educação um espaço também de lugar onde se tenha arte, porque arte também é educação, de forma sensível. Então, essa é a minha propositura. Peço desculpa pelo excesso, mas eu peço compreensão, que são mais de 100 anos de invisibilidade, de silenciamento. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Professora Cleide. Muito bem, as propostas importantes.

Eu só quero combinar com vocês o seguinte, surgiram aqui 20 inscrições. Da minha parte, eu tenho todo o tempo para vocês.

A minha preocupação é vocês, porque, é por isso que eu estou pedindo para concluir, pessoal. Eu sei que não é fácil ficar ouvindo. Todo mundo, às vezes, alguns ficam cansados, mas, se vocês concordarem, eu estou tranquila aqui para ouvir vocês, para os encaminhamentos. Nós estamos aqui. As inscrições passaram, e, se a gente não cumprir o tempo, a gente não vai conseguir ouvir todo mundo.

Vocês estão dispostos a ouvir? A gente pode combinar os dois minutos, ouvir todo mundo? Porque, da minha parte, é muito tranquilo. A professora fez uma fala excelente. Todas as falas estão muito boas, muito propositivas, mas a gente vai precisar, realmente, da compreensão para dois minutinhos, pessoal, senão a gente não vai conseguir. E o pessoal da Mesa também precisa falar.

A gente vai, então, agora, convidar a psicóloga Val Marques. Dois minutinhos.

A SRA. VAL MARQUES - Boa tarde a todas as pessoas presentes. Primeiramente, eu quero agradecer o convite, por estar aqui nesse momento tão importante e necessário. Agradecer, a partir da colega Rosa Negra, uma querida, cumprimentar todas as pessoas e parabenizar, Rosa, pelo movimento. Agradecer à Deputada Cláudia de Jesus. Quando Rosa fala da sua sensibilidade, não é surpresa para a gente que já esteve no gabinete com outras pautas, outras lutas.

Eu trabalho na educação há 26 anos, experimento esse lugar da invisibilidade também, assim como uma mulher preta de pele não retinta embora tenha passabilidade, a gente sabe de todas as dificuldades.

Quando eu fui convidada como escritora para estar aqui representando, eu achei muito importante, porque é a oportunidade de dizer que nós, mulheres inquietas, não nos permitimos silenciar. Então, quando eu trabalho na educação, com a gerência de saúde ocupacional, com um olhar para cuidados em saúde mental das servidoras e dos servidores, e nessa aba tem uma pauta para a saúde mental da mulher preta.

Sim, como a gente já ouviu aqui, o índice de feminicídio é alarmante. Nós não saímos do primeiro lugar, mas também de todas as violências. A gente experimenta a violência psicológica, violência física, o assédio em todos os espaços, para as mulheres pretas, principalmente.

E eu gostaria muito de propor, Deputada Cláudia de Jesus, como já nos atendeu, quando a gente fala que passa pela educação, Rosa, é exatamente das outras pautas que nós

também estamos travando uma luta sobre a Lei 13.935, que versa sobre psicólogas e psicólogos, assistentes sociais no ambiente escolar.

A gente sabe que outras pessoas pegam para falar dessa pauta, mas ela não é de um único ou uma única parlamentar. Ela é de todos aqueles e aquelas que se preocupam, de fato, com essa questão da educação, com a questão da saúde mental no ambiente escolar, para professoras negras, principalmente.

Então, gostaria muito de agradecer o espaço e dizer dessa necessidade de pensarmos que em todas as instituições possam ter, assim como criamos um núcleo que se tornou Gerência de Saúde Ocupacional, onde a gente trabalha com vários projetos. A gente não consegue atingir toda a população, mas que as nossas parlamentares e os nossos representantes possam pensar nisso. Em cada instituição. A NR-01 já está aí. Então, cada instituição que possa ter esse espaço de escuta qualificada, de acolhimento e de cuidado para todas as pessoas. Mas, especialmente para as mulheres negras que vêm nesse lugar da violência e da invisibilidade há muito tempo.

Então, como psicóloga, sei dessa necessidade e gostaria de propor, neste momento, essa pauta com você. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Val. Parabéns pela contribuição. É bem importante. E todas as falas são bastante propositivas.

O Luiz Fernando Camargo, que compõe aqui a Mesa, representa aqui a Casa Civil, Diretor de Ações Municipalistas. Luiz, eu sei que você está com seu

compromisso, já explicou aqui para nós, mas, nas falas que tivemos aqui até esse momento, você viu que tem bastante pleito que é de competência do Governo do Estado. Você viu que tem muitas demandas por legislação, e que são legislações que podem ser propostas aqui por nós, por mim, em conjunto com a Deputada Ieda Chaves, mas nós dependemos dessa sensibilidade do governo também para acatar, para que não se vete quando chegar lá.

Então, eu queria pedir a você que, posteriormente, aqui, nós teremos Ata, nós teremos encaminhamentos. Com certeza, a Rosa vai propor a criação dessa Comissão, porque não dá para fazer uma audiência pública dessa e simplesmente a Ata ser arquivada. Nós vamos ter aqui, foram ditas aqui já várias propostas de encaminhamento e que precisam ser dialogadas com o poder público. Não tem como fazer uma audiência pública dessa e depois não haver as cobranças dos órgãos competentes.

Então, sei que você precisa sair, mas, antes da sua fala, pedir a você que, posteriormente, vai ter uma Comissão levando. E pedir essa sensibilidade sobre essa pauta que é tão justa, sobre essa Marcha das Mulheres Negras, que é um momento especial para o Estado de Rondônia, e que elas pedem nesse processo visibilidade, política pública, direito garantido.

Então, fique à vontade, pode fazer uso da fala.

O SR. LUIZ FERNANDO DE CAMARGO ALVES - Bom, primeiro, boa tarde a todos e a todas. Estamos aqui, eu e o Doutor Fábio, na Mesa, somos a minoria nesse auditório. Antes de começarmos, nós estávamos, a Lia, a Ada, a Rafaela e Elzilene, eu estava sendo quase que emparedado ali atrás.

Elas estavam falando sobre as propostas e sobre essa realidade que a gente não tem como tampar o sol com a peneira. Não tem como a gente tentar minimizar toda uma questão histórica e estrutural que a gente tem na sociedade. Eu sou professor de filosofia também.

E, quando a gente pensa sobre isso, eu gostaria de começar dizendo sobre o saudoso Samuel Johnson, que era professor, negro, uma pessoa que é uma referência. Eu fui jogador de basquete quando era mais novo. E também a professora Úrsula Maloney, que me puxou muito a orelha quando era mais novo, mas é uma pessoa que representa muito sobre tudo aquilo que tem sido dito aqui, uma pessoa que representa essa herança histórica que nós temos da família Johnson, da família Maloney, Shockness, aqui na nossa cidade, especialmente Porto Velho.

Apesar de que nós não estamos falando só para Porto Velho. Essa marcha que acontece no Brasil inteiro, ela também aqui em Rondônia serve para todo o Estado. E em nome do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, do Secretário Elias Rezende, da Casa Civil e Seosp, que pediram que a gente estivesse aqui justamente para isso, para que tudo aquilo que tem sido dito - eu vou chamar mais do que reclamações, eu penso que são proposições, muito inteligentes -, inclusive, estou adorando o nível do debate, das proposituras. Penso que, em um Estado onde 68% da população é negra, precisamos, de fato, olhar para tudo isso de uma forma que a gente consiga provocar, pelo menos, reflexões mais profundas e que a gente consiga avançar em algumas pautas.

Óbvio que, de todas as pautas, não tem como a gente colocar tudo em uma caixa, entregar e achar que vai ser tudo resolvido. Mas, eu penso que têm algumas dessas pautas

muito importantes que, sim, são possíveis de serem atendidas brevemente, em um tempo mais breve.

A exemplo disso também, a marcha, para além da causa negra, a gente tem também as causas indígenas. Nós temos aqui os representantes, sempre muito bem com seus adereços. A minha filha adora esse negócio todo.

E eu acho que também são importantes as sinalizações do governo nesse sentido. Recentemente, nós tivemos a criação da Superintendência Estadual dos Povos Indígenas, que traz exatamente esse olhar para essa multidiversidade que a gente tem na sociedade.

E eu queria encerrar minha fala, também para cooperar com a questão do nosso tempo, dizer e saudar toda a Mesa, em nome da Rosa Negra. Muito simpática, não a conhecia. Muito boa a sua fala também, muito lúcida. Mas eu queria encerrar citando a Rosa Parks.

Rosa Parks foi uma senhora negra, nos Estados Unidos, na época que teve a segregação racial. E as mulheres, especialmente as negras, não podiam sentar nos ônibus, tinham que andar em pé. E ela se recusou, em certo dia, a cumprir esse protocolo, e ela sentou em um banco. E, daquele dia em diante, ela deflagrou um ambiente reacionário nos Estados Unidos, que trouxe profundas reflexões; desemboca no movimento de Martin Luther King, com a famosa frase: "o problema são aqueles que devem falar, os bons que se calam."

E eu vejo que esse movimento de hoje é um pouco disso tudo. É um momento de reflexão. Nós temos aqui vários agentes da sociedade, representados, inclusive, aquela turminha ali em cima, os alunos. Muito importante que vocês ouçam bem tudo isso, porque isso faz parte da nossa

construção de um futuro melhor, da gente tentar minimizar essa marginalização na sociedade.

E isso não passa apenas pelo Estado, pelo governo, enfim, a Assembleia Legislativa, mas por todos nós, nas nossas casas; nas nossas escolas; nos nossos ambientes religiosos, independente da matriz religiosa, que a gente consiga ter esse diálogo que produz uma sociedade melhor.

Eu quero deixar um forte abraço a todos, em nome do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, e desejar a todos ainda uma boa tarde nesta Sessão. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Luiz, pela sua fala, contribuição. E fica aqui esse encaminhamento para depois estar levando ao conhecimento da Casa Civil, através do Secretário Elias Rezende, Governo do Estado, o pleito da Marcha das Mulheres Negras, porque estamos aqui hoje, para ouvi-las, mas, sobretudo, não queremos só falar.

Precisamos de atitude, precisamos de orçamento, precisamos de garantia de políticas públicas. Então, todas as falas aqui são muito valorosas e, sobretudo, um aprendizado também, porque, quando ouvimos relatos, como ouvimos até agora, não temos dimensão do tamanho do preconceito, do tamanho do crime que as pessoas cometem um com o outro por conta da cor da pele.

Então, o debate está sendo muito proveitoso, mas também muito triste, ao mesmo tempo de sabermos que, na nossa sociedade, existem situações tão cruéis. Obrigada.

E, dando continuidade aqui às nossas inscrites, eu quero agora convidar a Zeneida Lins Azevedo, escritora. Dois minutinhos, pode falar daí mesmo.

A SRA. ZENEIDA LINS AZEVEDO - Boa tarde a todas e a todos aqui presentes. Quero agradecer a oportunidade por essa fala. Pedi a fala por um relato. Acredito que muitos sabem da minha história. Eu sou Zeneida Lins Azevedo, mãe, sacerdotisa do culto afro Tambor de Mina. Sou produtora cultural e me tornei escritora por necessidade de representatividade de crianças da minha religião, dentro das escolas, que são atacadas todos os dias, brutalmente violentadas todos os dias.

Assim como eu fui, a partir deste livro "Meu Terreiro, Meu Axé", que inclusive dentro desta Casa, o Deputado Eyder Brasil me expôs, fui violentada. Sofia Andrade, Vereadora, me expôs e eu não tive apoio, inclusive, falo com o Doutor Fábio, da minha revolta, do senhor, do senhor, ter enviado à Sofia sugestões para a lei dela, que só faz ter mais racismo e intolerância na escola.

E eu não acredito, não queria acreditar que o senhor deu apoio, deu apoio a eles. O senhor sabe do que eu estou falando. Você estava comigo lá com os vereadores, e você a ouviu dizer que ela sofre racismo: uma mulher branca contra mim, uma mulher negra, ela sofrendo racismo? E eu fui massacrada ali.

Hoje eu estou me recuperando, mas eu estou acompanhada de psiquiatra e psicólogo, pela violência, pela exposição e pelos ataques nas minhas redes sociais. Pelos ataques das pessoas, eu fiquei com medo de sair de casa, porque falavam que, se me pegassem na rua, ou eu perto de uma criança, eles iam tacar fogo em mim, eles iam me agredir. Meu terreiro, tive que fechar as portas por um tempo, com medo de ser quebrado, de ser invadido e marginalizado.

E eu pergunto ao senhor, que é Presidente da NUERC (Núcleo Especializado de Promoção de Igualdade Racial e Cultural): Defensor, qual foi o seu papel?

O SR. FÁBIO ROBERTO DE OLIVEIRA SILVA - Deputada, uma questão de ordem.

Vou só explicar a situação. A senhora foi à Defensoria Pública.

A SRA. ZENEIDA LINS AZEVEDO - "Humhum". **(expressão de concordância)**

O SR. FÁBIO ROBERTO DE OLIVEIRA SILVA - Eu deixei a senhora falar, agora a senhora, só por educação e por gentileza.

A SRA. ZENEIDA LINS AZEVEDO - Sim.

O SR. FÁBIO ROBERTO DE OLIVEIRA SILVA - A senhora foi à Defensoria Pública. atendi a senhora à noite, a senhora mandou uma mensagem. A Ouvidora está aqui, a Dra. Amanda.

Na quarta-feira, eu não atendo porque eu estou na TV. Atendi a senhora, a senhora foi à Defensoria. Liguei para a Secretaria de Segurança e agendei um atendimento com a delegada e com a senhora, para o dia seguinte. Fiz uma orientação, e tudo isso está em processo dentro da Defensoria Pública.

A senhora confirmou comigo que nós iríamos à Delegacia. Eu iria acompanhar a senhora no Cartório para fazer uma transcrição das mensagens que a senhora recebeu. Fiz todo o atendimento da Defensoria, inclusive está registrado, isso é público.

À noite, 23h30 da noite, a filha de santo da senhora mandou uma mensagem dizendo que a senhora não iria mais. isso foi em uma quarta-feira. Na quinta-feira, a gente iria à Delegacia. A senhora não aceitou a orientação da Defensoria Pública. A senhora constituiu um advogado particular e, na quinta-feira à noite, a Presidência da Câmara, por meio de ofício que está registrado na Defensoria, mandou para a Defensoria Pública, para participar de uma reunião de mediação étnico-racial.

Chegando à reunião, estava a senhora, o seu esposo, o Ogã Silvestre, a Mari estava lá, e todos naquela mesa aceitaram o Projeto de Lei como algo positivo, inclusive a senhora. Com licença.

E, a senhora sabe disso. A Marajane estava lá, o Ogã Silvestre estava lá, e eu levantei a mesa, e a senhora sabe, eu falei: "Não estou representando a escritora, porque ela contratou um advogado particular. Não posso defender o direito dela, mas ela precisa consultar o advogado dela na proposta de acordo."

Mas, em relação à proposta de lei, foi colocado que seria aprovada a proposta de lei. E eu fiz o seguinte, falei lá: "Não. Essa lei precisa ser alterada, porque é preciso fazer distinções com a autonomia e dependência dos docentes, que não podem estar limitados" - Deputada Ieda e Deputada Cláudia -, "a esse projeto na forma que a lei estava.". E a senhora também aceitou. Isso eu digo perante

o público e tenho transcrição da Ata, porque é uma Ata pública. Eu gravei e está na Defensoria Pública.

No momento que a vereadora disse que o projeto seria aprovado, eu fiz uma contenção e gestão de risco. O projeto seria aprovado do jeito que estava. Inclusive, sugeri que fosse ouvido o sindicato dos professores, porque envolvia matéria de educação. Não teria tempo, e a senhora sabe disso, que eles falaram que iria aprovar no dia seguinte, do jeito que estava.

Fui para casa e falaram assim: "O senhor consegue fazer uma proposta para melhorar o texto de lei, até..." Isso foi na sexta, na segunda-feira de manhã. Fiquei o final de semana todo fazendo o Projeto de Lei, consultei algumas lideranças e fiz uma contenção de risco.

E o projeto que eu sugeri não foi concordando com o projeto que estava, deputada. Foi no sentido de aperfeiçoar, para, primeiro, ter um protocolo de recebimento de denúncia nas escolas públicas. Segundo, incluir como sanção disciplinar para servidores públicos que cometam racismo, a possibilidade de suspensão, advertência e demissão. Terceiro, separar o que é atividade curricular do que é atividade extra. E, quarto, exigir que a Defensoria Pública e o Ministério Público fossem notificados de toda e qualquer denúncia de racismo ocorrido no ambiente escolar.

Foi feito isso. Na ocasião, os parlamentares municipais, em recorde, eles conseguiram incluir as sugestões da Defensoria. Tem um parecer dizendo isso, e foram feitas as alterações do Projeto de Lei que estava para ser aprovado.

Ocorreu um movimento extremamente, eu nunca comentei isso em público, mas estou aproveitando a oportunidade para

falar, um movimento estranho no sentido de buscar uma sanção parcial e o Projeto de Lei voltou ao projeto que era antes. A senhora sabe disso. Espero que não tenha sido a senhora. Mas, voltou ao projeto originário.

E isso tudo, pessoal, eu vou encaminhar para a Deputada Cláudia de Jesus o processo administrativo que tem na Defensoria Pública. Encaminharei para a Rosa Negra o processo administrativo e todas as Atas dessa reunião.

Então, mãe Zeneida, a senhora sabe que eu te atendi. A senhora sabe que eu me coloquei à disposição da senhora e a senhora sabe que o meu trabalho é muito sério. Eu não estou aqui para brincar, eu não estou aqui para fazer brincadeira.

E aproveito, deputada, já que fui citado, para fazer algumas propostas objetivas. Primeiro, trazendo uma fala da senhora Mafalda do Quilombo Santa Fé, em Costa Marques. Ela falou para mim: "Eu tenho um filho quilombola que hoje ingressou na faculdade pela cota quilombola, mas ele não consegue se manter, porque ele não consegue estar na cidade.". Então, que haja um programa para a sustentabilidade dos alunos cotistas, principalmente quilombolas, nas universidades e no ensino federal.

Segundo...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Doutor Fábio.

O SR. FÁBIO ROBERTO DE OLIVEIRA SANTOS - Pois não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só um pouquinho. A gente poderia, só para a questão de organização, a Zeneida concluir a fala dela, na hora que voltar aqui para a Mesa, o senhor já registra esses encaminhamentos para a gente. Pode ser assim?

Zeneida, pode concluir sua fala?

A SRA. ZENEIDA LINS AZEVEDO - Eu realmente estive com o senhor - só para concluir -, eu estive com o senhor, mas a conversa que tivemos lá, eu senti que ia ter aquela questão de "vamos fazer um acordo ali" entre você e a vereadora em questão na época. Por isso, fui atrás de outra pessoa para me defender, porque eu não senti segurança. Não senti. Em nenhum momento eu senti. Fui atrás de outra pessoa. O senhor realmente se pôs à disposição, mas também ficou à disposição deles.

Como é que entende? Como é que eu vou ter segurança a partir do momento que eu vejo que eu não vou ter, realmente, aquela defesa? Foi isso que aconteceu comigo. Lá na Câmara, eu fiquei acuada.

O SR. FÁBIO ROBERTO DE OLIVEIRA SANTOS - A senhora concordou ou não concordou com o Projeto de Lei?

A SRA. ZENEIDA LINS AZEVEDO - Concordei.

O SR. FÁBIO ROBERTO DE OLIVEIRA SANTOS - Então, está bom.

A SRA. ZENEIDA LINS AZEVEDO - Como todo mundo concordou ali.

O SR. FABIO ROBERTO DE OLIVEIRA SANTOS - Eu não concordei. Eu não concordei. Inclusive fiz um parecer.

A SRA. ZENEIDA LINS AZEVEDO - Você, Doutor Fábio, você fez a sugestão de arrumar a lei e enviar para eles. Você me enviou. Você me enviou, entendeu? Eu estou colocando isso aqui, porque eu, realmente, me senti indefesa pelo Estado, indefesa por tudo o que aconteceu. Porque eu fiz um livro justamente para poder proteger as minhas crianças, que eu digo minhas crianças, porque é o que a gente é mãe de santo, de terreiro, a partir do momento que a gente tem essas pessoas na nossa vida, são nossas.

Eu fiz com esse intuito e, realmente, o livro mostrou o tanto de racismo que acontece; pelos ataques que eu sofri nas redes sociais; pelos perigos que a gente passa todos os dias. Todos os dias, quem é da religião. E é um perigo, gente, real. Real. Quantas mães de santo, pais de santo são assassinados, são violentados todos os dias.

E Rondônia, realmente, é o segundo Estado mais racista do Brasil. E, infelizmente, fui atacada por parlamentares, um deles dessa Casa, Deputado Eyder Brasil, com coisas fortíssimas, sabe? Ataques fortíssimos, pesados. Inclusive, ele colocou até o filho dele em um vídeo para atacar a religião. São coisas graves e pesadas.

E estou expondo isso aqui e pedindo, justamente, para a Lei nº 10.639 ser cumprida, ser fiscalizada, a Lei nº 11.645, nas escolas. Até mesmo eu, como produtora cultural, meus amigos produtores culturais também, que querem

apresentar o trabalho que envolva qualquer coisa, que fale qualquer coisa de religião, os próprios diretores ficam com medo. Então, eu pedi pela fiscalização da lei.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Zeneida. Desculpa a gente não pode deixar você falar o tempo que você precisa, a gente entende a sua angústia. A gente quer se colocar à disposição. Fato horrível mesmo isso que aconteceu...

Infelizmente, a gente não fica a par de tudo que acontece, mas, se houver algo que a gente possa fazer, que a gente possa construir juntos, a gente está aqui para somar. Mas, é importante que isso fique registrado, constará na nossa Ata aqui essa situação que você colocou sobre o que aconteceu referente ao livro.

Agora, eu quero chamar a Jamyle Brasil, ela quer fazer uma exposição e, através da exposição, também proposição. Cadê a Jamyle?

A SRA. JAMYLE VANESSA COSTA BRASIL - Eu estou aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está ali. Quer fazer daí ou quer vir para a tribuna?

A SRA. JAMYLE VANESSA COSTA BRASIL - Aqui está bom. Eu sou Jamyle Brasil, coordeno a UNEGRO (União de Negros pela Igualdade) no Estado de Rondônia.

E eu quero lembrar a todas e a todos que estão aqui que nós, mulheres negras, passamos por muitas violações,

até no nosso momento de fala. E isso ficou bem evidente. A gente tem que ter mais audiências públicas. E por que a gente pede mais audiências públicas? Porque a gente vê que o principal, que é a gestão pública estadual e municipal, não se faz presente.

Então, quando a gente vem para uma discussão dessa, para uma audiência pública que trata de mulheres negras, a gente sabe que os desafios serão imensos. O defensor está aqui no seu papel, mas a gente sabe que não só uma Defensoria vai nos ouvir, e não só esta Casa de Leis vai nos ouvir, mas nós precisamos justamente das gestões públicas estaduais e municipais.

Até agora, ninguém falou por que nós estamos aqui. Nós estamos aqui porque, no dia 10 de janeiro de 2003, aliás, de 2004, para que uma das primeiras leis do Presidente Lula – foi a Lei nº 10.639 – fosse aprovada e a gente pudesse colocar a história do negro e afro-brasileiro e das religiões de matriz africana pela porta da frente das escolas, principalmente.

Então, o nosso desafio dessa lei está até hoje. E a nossa luta, a Rosa Negra e a Pérola – a Pérola foi gigante nesse processo, porque a Rosa já é, quem vai falar na ONU já é gigante.

E daí a gente observa que o nosso trabalho, enquanto militante do Movimento Negro, não se encerra só em uma lei. São todos os dias, é a todo momento. E a mãe de santo, que eu sei que ela é professora, ela sabe que esse desafio que tem de se defender enquanto professora, pessoa negra, escritora, artista das letras, é pesado, não é fácil. E a gente se solidariza com ela, também, mas esse momento que a gente está vivendo aqui, eu quero parabenizar o Movimento Negro Unificado, que é a maior e mais antiga entidade do

Movimento Negro no Brasil, por isso que nós estamos aqui também.

E quero propor mais audiências públicas, para que a gente possa não só expor a questão das mulheres negras, que hoje a senhora pôde ver que falaram as mulheres brancas, os homens brancos, depois que as mulheres negras vieram falar.

E o choro, o choro é de dor, porque as violações que a gente viu aqui não foram só de fala, são de práticas. E, para concluir, para também não ultrapassar esse momento, a gente tem que pensar, como o próprio Defensor trouxe, a questão quilombola no Estado de Rondônia, que a gente deixa a cargo da Sedam, a gente deixa a cargo de outros órgãos que não têm a sensibilidade.

E a gente já sabe o que aconteceu, o que acontece com as terras quilombolas. E essa questão da permanência do aluno, o aluno tem a cota, ele entra, mas ele não tem a permanência. E a gente sabe que muitos Estados aí têm, sim, bolsa para você propor ao aluno do ensino superior. Isso é possível. Possível, sim.

Então, assim, há de haver convênio, há de haver conversas no Plano da Educação. Então, Deputada Cláudia, para o ano de 2026, a gente pode se encontrar muito mais, a gente pode propor muito mais, porque o Movimento Negro sempre será propositivo, porque a gente não está na luta, não é três, quatro anos, nós estamos aqui há muito tempo.

E para finalizar a minha fala, eu quero saudar todas as mulheres negras, mas uma não está aqui, que é a Penha, e as duas que estão em memória, que nós só estamos aqui por conta de Ana Maria Ramos e Natália Barbosa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Jamyle. E nós estamos à disposição. Eu me sinto muito honrada quando a Rosa trouxe a proposição da audiência pública. Quantas vezes vocês reivindicarem, o meu papel é abrir a porta deste Parlamento. Então, vocês já considerem que as portas estão escancaradas, pelo menos no que depender da minha parte; a Deputada Ieda também, sempre que ela recebe esse pedido também tem essa abertura. Eu estou à disposição de vocês.

E aí, sobre as falas, mais uma vez eu quero registrar o nosso tempo. Então, a gente teve que fazer uma programação, gostaria de ouvir todas, o tempo necessário, porém acho que ninguém aqui está com disposição de ficar até tarde, muitos já pediram para sair. Só queria que vocês entendessem que nós estamos conduzindo o tempo justamente porque está todo mundo, alguns com pressa. Ok, pessoal? Eu não estou. Eu posso ficar aqui até a madrugada, eu estou muito tranquila. A minha preocupação é com vocês. Se vocês falarem agora aí para mim: "Cláudia, nós estamos à vontade, vamos ouvir todo mundo com tranquilidade.". Para mim, eu topo. Ok, pessoal? Então, eu peço desculpas sobre isso e entendo que todo mundo tem uma série de compromissos.

Dando continuidade, agora, a gente vai ouvir aqui a Professora Léo Simão, que é uma grande companheira nossa, do Sintero, também. Léo, fica à vontade. Obrigada.

A SRA. LIONILDA SIMÃO - Primeiramente, eu gostaria de parabenizar a Deputada Cláudia de Jesus, que tem trazido esses debates que são sensíveis e muito necessários, para que a gente tenha uma sociedade em que a gente possa viver realmente com dignidade, o que não acontece com a população negra.

Eu me emocionei muito com a fala da Luciene, cheia de emoção. A Luciene nos transmitiu o que sente cada mulher negra nesse país, umas em maior grau, outras em menor grau, mas é isso. Ela foi a nossa voz no sentido de demonstrar.

E a Cleide, a nossa escritora, quando fala da oportunidade, a ânsia dela em falar porque não é oportunizado às mulheres negras, principalmente essas que têm um trabalho relevante, para que ela possa, de fato, apresentar o seu trabalho e transformar essa sociedade.

Então, eu compreendo perfeitamente, sabemos que o tempo é curto, mas eu gostaria aqui, de reforçar a fala dela, no sentido de que nós precisamos, de fato, ser ouvidas.

E eu quero aqui dizer que graças a um Presidente que veio nesse país no ano de 2003, que começou, depois de tantos anos, centenas de anos de segregação, ao povo negro ser ouvido. E eu quero aqui enaltecer os esforços do Presidente Lula, que foi ele que apresentou em 2003 a Secretaria de Promoção de Igualdade Racial, e agora apresentou, ampliou com o Ministério de Política de Igualdade Racial. E só é possível fazer esses debates nos Estados, nos municípios, em função de toda essa política implementada por esse governo popular.

Mas, infelizmente, a gente precisa, porque as Audiências Públicas acontecem no município, no Estado, na União, e essa está acontecendo aqui no Estado de Rondônia. E nós não podemos nos calar, porque o Governo do Estado de Rondônia não tem implementado as políticas de igualdade racial, inclusive, propostas pelo governo federal.

E eu quero falar aqui como educadora. Muitos aqui que me antecederam, falaram sobre a Lei 10.639; falaram da Lei 11.645, e eu tive a honra de debater no Governo Lula, em

2004, debater para que nós tivéssemos a Lei 10.639, através do Movimento Negro.

Infelizmente, o que a gente percebe é que não há interesse dos governos em fazer a implementação. E nós acreditamos que a mudança começa, a transformação começa pela educação. Enquanto, de fato, não for implementada a Lei 10.639, nós vamos precisar de muitas Audiências Públicas para a gente debater e, infelizmente, o resultado das Audiências Públicas não são colocadas em prática.

Eu quero dizer aqui que é muito importante o envolvimento desta Casa de Leis. Quando o Executivo não dá resposta, nós sabemos que o Legislativo pode forçar, apresentando Projetos de Lei, como a Deputada Cláudia apresentou aqui, nessa questão das cotas. E o Poder Legislativo de Rondônia tem um papel importante, inclusive, para fazer articulação com os Parlamentares que nós temos no Congresso Nacional.

E por que eu estou fazendo isso aqui? Porque não adianta falar sobre promoção de igualdade racial sem fazer reparação. E agora nós estamos, temos tramitando a PEC 27 (Proposta de Emenda à Constituição). E a PEC 27 fala de reparação, mas fala de reparação econômica. E nós sabemos os enfrentamentos que nós teremos para que, de fato, essa PEC seja aprovada.

E aí, a articulação da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, na pessoa, principalmente, das duas deputadas que se fazem presentes - parabenizar à Deputada Ieda por estar presente também -, se faz necessária essa articulação para que os parlamentares, que temos hoje no Congresso Nacional, que de fato, votem favorável a essa PEC, que realmente, ela de fato vai promover, realmente vai trazer a possibilidade da população negra desse país viver

com dignidade. Enquanto não houver orçamento para desenvolver as políticas de igualdade racial, nós vamos ficar só no blá-blá-blá.

Então, é nesse sentido que eu gostaria aqui de dizer, e que saia um documento para o Governo do Estado, resultado desta audiência, mas, principalmente, de colocar em prática as leis que nós já temos, inclusive, a Lei 10.639 e a Lei 11.645.

Parabéns, Rosa Negra, você é guerreira e a gente sabe que tudo o que está acontecendo aqui é graças à sua força e sua coragem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Léo, pela contribuição. Eu acho que temos bastante lutas. Todas as falas demonstram isso. E nunca foi fácil e nunca vai ser fácil. As lutas vão sempre existir, e vamos continuar nosso trabalho.

A Deputada Ieda vai fazer uso da fala agora. Ela tem um compromisso.

A SRA. IEDA CHAVES - Boa tarde, meninas. Boa tarde, mulheres guerreiras.

Eu gostaria de cumprimentar, em nome da nossa querida Rosa Negra, essa mulher que nos inspira, que inspira todas nós, mulheres. E também a minha amiga, Deputada Cláudia, cumprimento todas as outras mulheres que estão presentes aqui, que estão aqui na plateia também.

Eu digo que esse é um momento muito especial, sempre é um momento especial e importante quando reunimos mulheres

que têm força, que têm voz e que têm muita vontade de falar e de mostrar a realidade.

Muitas de vocês, talvez todas, saibam de tudo. Eu me coloco nessa condição de uma pessoa que quer sempre saber mais, que quer sempre estar junto nas causas que são realmente importantes para a nossa sociedade.

Queria me colocar à disposição aqui como parlamentar, inclusive nesta questão de nos unirmos, tanto eu e a Deputada Cláudia, como também trazermos as outras deputadas e deputados, para que a gente possa levar isso até o Congresso Nacional.

São só oito aqui no nosso Estado, e a gente, obviamente, tem acesso a todos eles, para podermos estar unidas nessa luta. Que essa luta que não é só de vocês, é nossa, somos todos irmãos.

De verdade, para mim é muito difícil, eu me emocionei muito com as falas da Rosa Negra, com as falas dela, porque é muito genuíno no meu coração a questão do racismo. É algo que eu acho inadmissível que a gente ainda fale nisso, que ainda se tenha que falar sobre isso, que ainda tenha que se falar de violência doméstica. Parece uma coisa tão óbvia, tão fácil. Seria tão fácil se existisse só uma situação que seria respeito. Respeito entre as vidas humanas.

Mas, infelizmente, não é assim. A luta é grande. A gente se coloca nessa situação aqui como parlamentar, porque a gente acaba conseguindo também dar um pouco mais de voz à causa, porque somos aqui poucas mulheres ainda aqui. São 24 deputados, somos apenas cinco mulheres, e essa luta não é apenas por mulheres, é a luta que a gente precisa combater. Afinal de contas, segundo o Anuário de Segurança Pública, a triste realidade é que 8 em cada 10 mortos pela polícia em 2024 eram negros; 79% das mortes

violentas no país tiveram vítimas negras; 63,6% das mulheres vítimas de feminicídio em 2024 eram negras. Esses números não são estatísticas frias, representam filhos, irmãos, amigos, pais, representam mães, enfim, representam a vida interrompida, uma existência silenciada.

A luta por reparação e bem viver é um passo que damos, tijolos por tijolos, na construção de uma sociedade mais justa. A Procuradoria Especial da Mulher, que abriu as portas oficialmente ontem na Escola do Legislativo de Rondônia, é um desses tijolos. Ela não é apenas uma estrutura. É a materialização do nosso grito por proteção e por igualdade, por justiça.

Vamos transformar a nossa dor em luta e vamos transformar essa luta em vitória. Vamos continuar construindo uma Rondônia antirracismo e de bem-estar por nós, por nossas filhas e por todas aquelas que virão depois.

Para minha grande surpresa, eu não sabia, e uma falha minha até por estar ocupando o espaço de poder, que Rondônia estava em segundo lugar em racismo. Até me desculpo diante de vocês, porque essa é uma luta, é uma voz que tem que ser combatida, que tem que acabar.

A gente espera sinceramente que um dia a gente não se esteja mais precisando fazer esse tipo de reunião, esse tipo de Audiência Pública e que isso seja superado. Já demorou, não é?

E a reparação, sim, é muito importante. Existiram algumas iniciativas dos últimos anos de governo federal, mas ainda não são suficientes. E a gente precisa continuar lutando por reparação, sim, para que um dia não se precise mais falar disso.

Queria dizer que podem contar com a Deputada Ieda Chaves, eu tenho certeza absoluta, com a Deputada Cláudia de Jesus e também com os outros parlamentares aqui, que a gente possa se unir. Amanhã estaremos juntos lá nessa luta para que a gente possa dar cada vez mais voz e vez a essa causa.

Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Deputada Ieda, pela sua participação e contribuição. E vamos vai precisar desse apoio para que a gente possa dar encaminhamento a tudo o que está sendo falado aqui hoje.

Eu acredito muito nas Audiências Públicas, acredito porque já propus, e muitas das coisas que o nosso mandato conseguiu se concretizar foi, sim, através das Audiências Públicas. Elas são muito válidas.

E o que não se concretizou eu posso dizer a vocês, era porque não estava no meu alcance. Eu não sou Governadora do Estado de Rondônia, sou apenas uma deputada que fiscaliza o orçamento, que cobre e reivindica.

Ainda assim, se for dos planos de Deus, quem sabe, não é? Mas quero dizer que tudo que eu faço nessa Assembleia, eu sempre faço com muita responsabilidade. E a gente vai dar os encaminhamentos e nós vamos cobrar, porque nossos pleitos são legítimos, são genuínos, são, de fato, pleitos que vêm da comunidade. Então, eu sempre me permito, na minha caminhada, a dialogar, a cobrar, e digo que, com respeito, com sabedoria, a gente consegue avançar bastante.

E vamos dar continuidade, porque a próxima inscrita é a Niedja Santana, é isso mesmo?

A SRA. NIEDJA FÉLIX SANTANA - Oi. Bom, cumprimentando a Mesa, através da nossa querida Deputada Cláudia de Jesus e também aos demais presentes, as pessoas presentes aqui nesse espaço. Gostaria de cumprimentar, através da nossa querida Jamile Brasil, que também faz parte do Movimento Negro. Foi a pessoa que me trouxe, me fez ver e me reconhecer como pessoa negra.

E, como a gente já tem a questão de tempo, deputada, como a gente tem a questão de tempo, acabando as saudações, eu gostaria já de passar algumas proposituras que eu tenho e ir explicando um pouquinho os casos. É uma pena que o Governo do Estado não se faça presente, porque eu tinha muita coisa para falar com o representante da Casa Civil, que foi embora, apesar de ser só representante.

Então, eu vou começar aqui. Eu gostaria que fosse interpelado ao Delegado-Geral do Estado sobre a situação da Delegacia da Mulher. Você chega lá para ser atendido na Delegacia da Mulher, a Delegacia é suja, com poucos profissionais, a impressora não funciona, não temos nenhum sentido de orientação, como é que chega. Ela divide o espaço com outro setor, com uma outra Delegacia, não tem ninguém para te recepcionar.

Agora, imagina, eu sou uma moradora da cidade de Porto Velho, moro na zona sul da cidade. Estamos falando da Delegacia da Mulher no Município de Porto Velho. Eu imagino como é que não deve ser isso em outros municípios de Estado. Mas, a Delegacia da Mulher de Porto Velho precisa de ajuda, precisa de equipamento, precisa de pessoas.

Então, eu espero que esse pedido de equipamento para a Delegacia da Mulher seja levado à Casa Civil e ao Delegado-Geral do Estado.

Deixa-me só pegar uma cola aqui. Agatha, por favor, me conceda aqui a cola.

Bom, também sobre a questão da Mulher Protegida. O Governo do Estado vive alardeando que existe o Programa Mulher Protegida. E eu, como mulher, venho frequentando a questão da delegacia. Já estive em uma Audiência Pública relatando alguns casos de violência. E eu queria saber o que o Governo de Estado entende sobre como está a situação da qualidade de vida da mulher nesse Estado, inclusive e principalmente, da mulher negra. Porque é um Estado que tem o maior número de violência doméstica por habitantes, considerando o percentual de habitantes, é o Estado com maior índice de violência contra crianças e adolescentes, mortes.

Então, esses percentuais geralmente são utilizados para desenvolver políticas públicas. E o Estado, há muitos anos estamos como primeiro colocado nesses quadros e a gente não vê políticas efetivas. Então, o que eu gostaria, se existe esse Programa Mulher Protegida, que seja colocado um núcleo nas portas dos Conselhos Tutelares e dentro da Delegacia da Mulher, para que a gente consiga saber essas orientações de como você vai ser protegida a partir do momento que você procura um equipamento de segurança, para se proteger da violência doméstica.

Outra coisa também, a Patrulha Maria da Penha. A Patrulha Maria da Penha também precisa de aumento de contingenciamento, porque só temos, como eu sou moradora de Porto Velho, a gente não tem referência no resto do Estado, mas é complicado também. A Patrulha Maria da Penha tem quatro equipes que atendem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só conclui, que tem um tempo.

A SRA. NIEDJA FÉLIX SANTANA - Tá. Ela tem quatro equipes que atende. Então, conforme a demanda, que tem aumentado, quem trabalha no Judiciário sabe que a demanda de violência aumentou. Então, ela precisa aumentar, porque demora muito a fazer o *feedback* com as pessoas que pedem medida protetiva, as mulheres e pessoas que pedem medida protetiva.

E, por fim, eu gostaria de propor um comitê gestor sobre a questão de, as mulheres precisam de renda, precisam de dinheiro, precisam de capacitação. Então, que haja um programa de interlocução entre os equipamentos de gestão para promover o emprego, o trabalho e renda para as mulheres negras. A gente sabe que, estou participando de uma organização da Conferência do Trabalho e a Fecomércio, a Agricultura, diz que precisa de mão de obra. E a gente trabalhador, mulher negra, diz que precisa de trabalho. Porém, essas duas coisas não se falam, porque a gente procura localização no mercado de trabalho e a gente não encontra.

Então, que haja uma montagem de um comitê gestor para pegar as informações de quem precisa e quem quer trabalho.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, Niedja. Suas propostas são interessantíssimas. E nós temos aqui a Tenente BM Aline, que, neste ato representa a Secretaria do Estado de Segurança. Então, as suas colocações são muito pertinentes para que isso possa ser visto.

Eu quero agora convidar a Ana Carla Pereira Costa, Mãe Ana do Boiadeiro. Ela também vai fazer uma apresentação e uma fala. Pode vir na tribuna, como pode falar daí também.

A SRA. ANA CARLA PEREIRA DA COSTA - Bom, boa tarde a todas e todos também, porque eu sei que tem homens aqui nessa plenária. Cumprimento a Mesa. Agradeço a Rosa por ser esse exemplo, que é graças a ela, como exemplo de mulher guerreira, que eu não desisti dessa luta ainda, porque vontade me dá todo dia, por conta de ver tanta intolerância, tanto racismo religioso sendo cometido até por mulheres de secretarias, gestão.

Então, eu vejo muitos falarem, deputada, a questão de "Ah, gente tem que trabalhar dentro da educação"; mas se primeiramente não houver o trabalho em cima de gestor, quem está na cabeça, a gente vai só enxugar gelo. Hoje, aqui nessa Mesa mesmo, eu ouvi agora há pouco uma palavra preconceituosa. O meu povo não usa adereço. O que nós usamos em nossa veste é sagrado.

Então, o que o representante da Casa Civil chama de adereço, ao qual a filha dele gosta e acha bonitinho, por ser branca, por ser religiosamente católica, para a gente é sagrado. O meu turbante é sagrado, meus fios de conta são sagrados. O cocar dos meus irmãos é sagrado. São representatividade do que nós somos. São nossas identidades.

Então, eu espero, eu acho que; eu espero, não, é uma coisa que eu exijo, é respeito, porque eu não estou aqui para ser tolerada por ninguém. E se o representante da Casa Civil abre a boca para falar isso, então a gente não está muito bem representada. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Ana. Agora eu chamo a Cacau Oliveira, Projeto Sankofa.

A SRA. CLAUDINEIA GOMES DE OLIVEIRA (Cacau Oliveira) - Boa tarde a todos. Eu vou aproveitar o engajamento de cumprimentar a Mesa e falar logo para aproveitar mais tempo, porque, como as colegas falaram, todo o tempo estamos sendo silenciadas. A gente cansa, por mais que seja a Casa de Leis e tudo, mas a gente já vem sofrendo isso há muito tempo.

Foi falado aqui, como a colega falou, de empatia pelas mulheres negras. Quando a mulher branca fala de empatia pelas mulheres negras, que ela imagina como a gente sente, ela não tem empatia, ela não vai saber a dor. Sabe quando que ela vai saber a dor que a gente sente, a dor que a gente passa? Quando ela casar com um homem negro e tiver um filho preto. E aí ela vai saber o que a gente passa como mãe, o que a gente passa como filha, como mulher preta da periferia, sem direito a estudo, à saúde, à segurança.

Uma mulher branca não é violentada diversas vezes em várias áreas; porque nós somos, a todo tempo, a toda hora. E isso é dentro das nossas próprias casas, na escola, no trabalho, na Casa de Leis. E passa, assim, despercebido, como uma brincadeira, como um mimo, como um acessório. Isso eu estou falando de várias coisas: de racismo, de intolerância religiosa, de abusos, de injúria, de discriminação. Isso eu não estou falando só de nós mulheres, estou falando das nossas crianças, também, em escola.

Esse meu Projeto Sankofa tem vários anos que eu faço. Pego os meus cremes e levo para a escola. Detalhe, eu sou a melhor parte da escola. Esqueci de me apresentar. Sou Cacau Oliveira, sou merendeira escolar. Sou formada em Física, sou especialista no ensino de Física para Ensino Médio, mas também sou Mestre em Educação pela UNIR.

E antes disso tudo, eu sou filha de analfabetos. Meus pais são da roça. Aprendi matemática com meu pai, sem saber ler e escrever, por isso que eu gosto de exatas. Minha mãe também não sabe ler nem escrever e é uma ótima costureira. E empresta dinheiro a juros, não me pergunte como, que eu não sei.

E quando a gente fala de conhecimento, a gente não está falando de conhecimento só da Academia. A gente está falando de conhecimento de ancestralidade, de conhecimento de vivência, de espiritualidade, de fé, de respeito. E isso não é só na escola. Eu concordo, como educadora, eu também concordo que a Lei 10.639 precisa ser cumprida o ano todo e não só em novembro. Não só em novembro. Eu não sou negra só em novembro. Eu nasci negra. Eu não sou negra em novembro.

Na escola, "Ah, Cacau trás..." eu tenho vários bonecos. O Doutor Fábio, as meninas sabem que eu tenho várias bonecas pretas. Traz as tuas bonecas em novembro. Eu digo: "Vem cá, eu sou só preta em novembro? O resto do ano eu sou o quê? Invisível? Transparente? Porque eu só presto para dar palestra em novembro? É sério isso?" Até quando a gente vai ter que estar ouvindo isso? Até quando a gente vai ter que ensinar as pessoas como nos tratar? Em como nos respeitar? E isso vem de casa.

Se a filha do fulano gosta de adereço, espera aí, minha filha, não é adereço. Vem cá que eu vou te falar o que é que é. E ele não está entrando na religião, ele está

explicando a educação da religião. É a cultura da religião. Isso não quer dizer que ele vai entrar na religião e está tudo bem. É como que eu vou ensinar isso? Como que eu vou abordar uma criança a ler um livro de axé? Que conceitos eu estou levando para isso? E isso a gente como educadora, a gente tem, mas a gente como mãe, como pai, também. Na nossa casa, uma criança é racista porque ela ouve alguém em casa, falar. É alguém que está falando essas "mesuras", digamos assim.

Estou muito feliz de ter estudantes aqui. Eu queria ler só um pouquinho de um texto que eu fiz. Posso? Vou tentar. Uma carta aberta:

"Carta para o estudante do futuro.

Meu filho me ensinou a nomear o racismo. Escrevo essas palavras com o coração cheio de memórias, dores e também esperanças. Falo contigo, educador, estudante, gestor do futuro, a partir da encruzilhada em que me encontro, hoje, como mulher preta, da periferia; filha de pais analfabetos, primeira na família a concluir o Ensino Superior. Sou Cacau Oliveira, Educadora; Formada em Física; Especialista; Mestre em Educação, mas também a melhor parte da escola.

Por quê? Porque sem mim, as crianças não conseguem estudar. Porque sem mim, o estômago, a barriga, ficam roncando. Trago o corpo nos lábios, antes silenciados. Por quê? Porque eu só usei batom depois dos 30 anos. Por quê? Porque eu tinha vergonha da minha boca. Não me aceitava no espelho.

E hoje, enfeitada de batom vermelho ou qualquer cor que eu queira usar, de marcas, histórias e de resistência. Cresci sem espelho. As "Paquitas da Xuxa" não se pareciam comigo. As escolas, muitas vezes, também não, mas aprendi cedo que, com a sabedoria de casa - e que me ensinaram mais

sobre dignidade e ancestralidade, do que muitos livros didáticos -, na ausência de representações, criei os meus próprios mitos. As dançarinas do "É o Tchan", quem não lembra, que dançavam com orgulho, com ginga e com voz, eu me via nelas. Por quê? Porque tinha a "morena do Tchan".

E por isso que hoje não abro mão de afirmar: sou parte do movimento que rompe silêncios."

Obrigada.

A SRA. CLAUDIA DE JESUS - Obrigada, Cacau. Eu quero aqui registrar e agradecer a presença dos alunos da Universidade de Rondônia - UNIR, da Disciplina Socioambiental, que participam com a gente. Obrigada por vocês estarem aqui com a gente.

E agora eu quero convidar a Jéssica Ribeiro para fazer o uso da palavra. Jéssica, está por aqui?

A SRA. JÉSSICA RIBEIRO - Oi, boa tarde. Eu me preparei toda, gente, mas, sabe, a gente vai ouvindo. E eu falei que eu ia chorar. Mas, a gente vai ouvindo, cada voz, de cada mulher... E eu tenho 34 anos. Eu cresci no sistema racista. Então, e até hoje, ainda sofro o racismo. Ou seja, eu olho para a minha filha e falo: meu Deus do céu! De novo, o ciclo sem fim.

Eu quero ler esse texto aqui, porque eu me preparei para estar aqui hoje. Eu ia falar tantas coisas aqui para vocês, mas, infelizmente ou felizmente, a emoção toma conta. E quero desejar um abraço, de longe, para cada uma, de hoje, que falou, que teve os seus relatos, dizer que

hoje as nossas vozes estão sendo gravadas e relatadas, e vai ter resultado, sim, eu acredito.

E, desculpa, meu nome é Jéssica, eu faço parte de um Centro de Pesquisa e Ativismo sobre Tecnologia, Estado e Sociobiodiversidade, sou membro-pesquisadora. E quando a Zeneida falou sobre a situação que ocorreu com ela, além da violência do corpo, ela também se estendeu essa violência para as redes sociais, para a internet.

Estamos vivendo em uma era em que a violência contra as mulheres negras não se limita mais às ruas ou aos espaços institucionais. Ela também acontece nas redes sociais com o uso de tecnologias, como as *deepfakes*. As *deepfakes*, eu não sei se vocês sabem, é quando pegam uma imagem nossa e transformam ela em uma outra situação, em de nudez. Um exemplo.

Essa ferramenta que poderia ter um uso positivo, aqui em Rondônia, vem sendo instrumentalizada por atacar nossas vozes, desmoralizar nossas imagens e reforçar estigmas históricos que já marcaram nossos corpos. Não é coincidência que somos nós, mulheres negras, as mais atingidas por essas montagens pornográficas falsas e manipulações digitais. Isso tem nome: racismo, machismo e uma tentativa de silenciamento político.

E o mais grave é ver um sistema de Justiça ainda mais despreparado, muitas vezes indiferente, diante dessa nova face da violência.

Por isso, quando realizamos pela primeira vez em Rondônia a Marcha das Mulheres Negras com o tema "Por Reparação em Bem Viver", precisamos afirmar que a reparação também passa pelo mundo digital.

Não se trata apenas de ocupar as ruas, mas também de reivindicar proteção e respeito nos espaços virtuais. É urgente denunciar que a violência cibernética não é um problema isolado, mas parte de uma engrenagem que tenta nos excluir da vida pública e política.

Reparação significa exigir responsabilidade e políticas públicas que garantam a nossa integridade. Bem viver significa existir sem medo, com dignidade e liberdade dentro e fora das redes. E é isso que estamos dizendo ao mundo: não aceitaremos mais sermos silenciados nem na terra, nem na internet.

E como a colega usou, a Conceição Evaristo, não é sobre ser quem chega primeiro, é sobre quem abre caminho. E eu estou muito feliz de ter participado e construído junto com a Rosa Negra, junto com a Pérola Negra, em realizar e executar essa primeira Marcha do Estado de Rondônia, das Mulheres Negras de Rondônia, por Reparação e Bem Viver.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Jéssica. Parabéns pela sua fala. Realmente é emocionante. Acho que é uma reflexão de tudo o que acontece no dia a dia, das lutas, enfim.

Pessoal, 14 pessoas falaram aqui. Foram inscritas 20 pessoas, acabamos perdendo o controle, porque tinha lá e aqui, e todo mundo foi inscrevendo. Então, nós temos seis pessoas para falar ainda, inscritas, mais o pessoal da Mesa.

E eu, perante a decisão de vocês, estou aqui, mas sou conduzida por vocês. Como nós tínhamos falado de 10 inscrições e 14 já falaram, e temos a Mesa, vocês concordam

que as seis que estão aqui falem e depois a gente traga aqui para a Mesa? Pode ser?

Só gostaria de pedir que fosse objetiva nas proposições para a gente poder ganhar tempo, pessoal. Por conta do avançar das horas, a inscrita agora é a Mara Valverde. Mara, dois minutos.

A SRA. MARA REGINA VALVERDE OLIVEIRA ARAÚJO - Por Reparação e Bem Viver cumprimento a Mesa, Deputada Cláudia, Deputada Ieda que já saiu, todos as pessoas em nome da Rosa, em nome da Lu, em nome da Cacau, em nome da Jéssica que falou, dessas mulheres que a gente teve a oportunidade de conhecer, de viajar, de fazer oficinas, de ousar.

Eu queria só fazer uma propositura, deputada, porque como turismóloga, também, e servidora desta Casa, e já fui gestora de mulheres, de política pública das mulheres, que foi muito bom, e até hoje eu me inspiro em vocês. E aprendi muito.

E nesse aprender, nessa reparação, eu acho que a gente pode sonhar e fazer com que o nosso governo, junto com a Assembleia, com o orçamento, tenhamos um espaço multicultural, que há muitos anos, desde que a Eduarda era deputada (Programa Jovem Brasileiro - PJB), a gente sonhou em ter esse caldeirão cultural.

Que a gente possa ter nossos trabalhos, oficinas, nossas vestimentas para a população das mulheres negras, para os nossos povos da floresta, para as nossas mulheres da zona urbana, rural, seringueiras, porque todos lá têm a presença das mulheres negras.

E eu gostaria de reforçar com os documentos da Marcha na Reparação do Bem Viver, porque tem os eixos da Saúde, da

Educação, da Segurança, de todos os que nós já falamos aqui, para que a gente possa mensurar, deputada, e encaminhar para os órgãos e que a Assembleia também, para o orçamento, a gente possa fazer.

E queria te parabenizar por ter sido parceira, junto com o Ifro, na primeira Feira Preti, onde muitas mulheres que estão aqui, muitas que estão nos assistindo, mostraram o seu talento, mostraram, inclusive, essa roupa é de uma estilista, temos a Macly também, que fez essas roupas. E nós temos muitas pessoas que podem fazer aqui para a gente ter nossas vestimentas também aqui.

E você nos ajudou e vai nos ajudar. E queremos a nossa feira em outros municípios também. E nós temos uma lembrança da estilista que fez para você, que faz tempo que a gente tem que entregar, e no final a gente vai lhe entregar.

Então, gratidão. E, como as meninas falaram, nós viemos aqui para não termos medo de estarmos vivas. Queremos estar vivas e sem preconceito, sem violência e sem racismo.

Gratidão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Mara.

Agora eu convido o Marcuce Antônio, que é Presidente da Associação Beiradeiro, para fazer uso da fala. Dois minutos.

O SR. MARCUCE ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS - Olá, tudo bem? Boa tarde a todos e todas. Um prazer estar aqui.

Na verdade, eu quero aproveitar a oportunidade, primeiro, parabenizar por esse momento, parabenizar a equipe condutora da Marcha para as Mulheres, a primeira marcha para as mulheres negras aqui no Estado de Rondônia.

E eu falo na condição de apoiador estratégico do Ministério da Saúde para o Estado de Rondônia para promover a implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra.

Então, trazer esse registro aqui para esse momento. Eu sou Marcuce Antônio, eu sou enfermeiro de profissão, sou daqui de Porto Velho, Rondônia, e atuo pelo Ministério da Saúde para fortalecer a implementação.

Trago um dado preocupante já como encaminhamento. Já agradecer e parabenizar também por esse momento. Registrar a nossa fala, deputada, que aqui no Estado de Rondônia nós estamos implementando a política a partir da elaboração dos planos municipais de saúde, que é um ano estratégico. Primeiro ano de gestão municipal, em que os municípios estão elaborando o planejamento da próxima gestão dos quatro anos. E precisamos ficar ligados e precisamos ficar participantes da implementação dessa política no âmbito dos planos municipais de saúde.

Então, eu convoco as mulheres aqui presentes para que estejam próximas dos seus municípios, das Secretarias Municipais de Saúde dos seus municípios, para que exijam a presença da Política de Saúde da População Negra no âmbito dos planos municipais. A implementação dessa política, que foi lançada em 2009, até hoje, dos 52 municípios do Estado de Rondônia, infelizmente, apenas seis citam a política nos seus instrumentos de gestão.

Isso é um retrato do racismo institucional, é um retrato do racismo estrutural que nós temos aqui. Se existe

uma política nacional que garanta a atenção integral para a população negra, estamos falando de população negra entre homens e mulheres, especialmente das mulheres, e ela não foi implementada, é porque, de fato, existe alguma questão colocada, uma questão muito bem explícita de não reconhecer a política para essa população.

Então, a Política Nacional de Saúde da População Negra existe. As mulheres têm direitos adquiridos nessa política e precisamos estar de olho nesse ano estratégico, de ano de elaboração de planos municipais de saúde. Então, é uma propositura que eu já faço de encaminhamento, como apoiador nacional para essa política aqui no Estado de Rondônia.

Nós já temos como produto, deputada, uma nota técnica que foi lançada esse ano. Ela está no site do Governo do Estado de Rondônia e essa nota técnica orienta os municípios a implementarem a política a partir dos objetivos, indicadores e metas que devem ser seguidos.

Nós temos políticas públicas que foram pensadas para mulheres negras, como é a Rede Aline, que foi lançada no âmbito do Ministério da Saúde para reconhecer que a mortalidade materno-infantil está no ápice dentre mulheres negras.

Então, é uma política que precisa ser reconhecida, tratada. É muita coisa para a gente discutir, mas eu peço, inclusive, que esta Casa de Leis, esta Casa que gerencia essa legislatura no Estado de Rondônia também abra um espaço para que a gente possa dialogar, conversar e, quem sabe, trazer a pauta da saúde da população negra para esse espaço, como reconhecimento dos diferenciais e reconhecimento também das questões voltadas. A população negra não é só questões relacionadas a doenças coronarianas, como se pensa por aí. A morte de mulheres e

de homens negros também está pautada em indicadores preveníveis e a gente não tem tratado.

Então, de olho na nota técnica, que está publicada no site do governo. É precisa que os municípios atendam a orientação da nota técnica e implementem a política nos seus municípios.

Repito, dos 52 municípios de Rondônia, apenas seis citam algum eixo da política no âmbito dos planos municipais de saúde. Eu estou me colocando à disposição para a gente trabalhar e efetivamente implementar a política no âmbito do Estado.

Agradeço a oportunidade. Parabenizar mais uma vez, em nome da Luciene, que é essa batalhadora que tem engajado esse movimento, fazendo com que a saúde, a pauta da saúde também seja reconhecida nesse movimento. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, Marcuce. Muito importante a sua fala, se tratando da pauta da saúde da população negra, e nós estamos à disposição para contribuir.

Agora eu quero convidar a Amanda Ignácia para fazer uso da palavra.

A SRA. AMANDA IGNÁCIA ROSA SILVA - Boa tarde, boa tarde a todos. Eu cumprimento todas as autoridades da Mesa e todas as mulheres presentes e estudantes também.

Eu gostaria de começar me apresentando. Eu me chamo Amanda, sou do Município de Ariquemes, sou estudante, sou acadêmica da UNIR, faço Pedagogia, sou Coordenadora

Nacional do Movimento Estudantil que a gente constrói aqui no Estado também, a Juventude Fogo no Pavio.

E queria usar esse momento de fala para parabenizar todas as militantes que estão engajadas na organização, não só da Marcha das Mulheres, porque a gente sabe que essa luta não se perpassa só nesse período que a gente vem aqui e se encontra, mas é uma luta de uma vida inteira.

Então, eu quero parabenizar cada uma das militantes que se encontram aqui, não só do Movimento Negro, mas de todas as outras organizações. E dizer que é muito importante para a gente, quanto juventude, ter o contato e a articulação com vocês, lideranças do nosso Estado.

É muito importante para a gente, juventude negra, periférica, estudante, trabalhadora, ter como vocês, uma construção com vocês, como liderança do nosso Estado, para que dê força para a gente continuar nessa luta também e reafirmar todos os nossos direitos e marchar por reparação e bem viver. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Amanda.

Agora eu quero convidar a Giovana Barros, acadêmica de Direito e sindicalista do Sindur (Sindicato dos Urbanitários de Rondônia).

A SRA. GIOVANA MARIA NOLETO BARROS DA SILVA - Vou falar aqui mesmo, que eu acho melhor falar daqui, deixa para falar de lá quando for deputada, para ajudar a Deputada Cláudia de Jesus.

Quero aqui agradecer, nesse momento muito importante. Em nome da Rosa Negra, cumprimentar todos deste plenário, da Mesa que estão presentes aqui; da Luciene, essa grande mulher de fibra que conheci e que já mora no meu coração e que estou aprendendo muito com ela, muito mesmo, com essas duas mulheres de fibra guerreiras. Em nome da Elzilene, também, a nossa Presidenta da CUT. E saúdo a todos que estão presentes aqui.

É muito importante nessas audiências agradecer a Deputada Cláudia de Jesus, porque é um mandato muito participativo, democrático, que faz realmente as discussões, e que nós estamos aqui até essa hora com a nossa Deputada Cláudia de Jesus, que está aqui.

Agradecemos também a Deputada Ieda, que estava presente, mas a gente também queria que todos os deputados e deputadas estivessem aqui neste momento tão importante dessa Audiência Pública. Infelizmente não estão, mas a gente parabeniza todos que estão aqui presentes, porque é um momento muito importante que vai ficar registrado e vai ser cobrada essa implementação dessas políticas que as mulheres negras estão aqui e que amanhã sairão em marcha, todas nós juntas com elas sairemos em marcha cobrando a reparação e o bem viver.

E eu vou pedir licença para registrar aqui uma fala que fiz. Estamos aqui porque a luta das mulheres negras não é favor, é justiça. Reparação e bem viver não são pedidos, são direitos que foram negados historicamente. Chega de promessas vazias. O Estado de Rondônia tem negado políticas públicas reais. Tem virado as costas para o povo negro, para as mulheres, para quem constrói este país com suor, resistência e coragem.

Não podemos aceitar mais sermos silenciadas, nem invisibilizadas. Nossa luta, junto com as mulheres negras, é contra o racismo estrutural, o machismo, a misoginia e todas as formas de opressão. Estamos de pé, estamos unidas e ninguém vai nos calar.

Se o Estado insiste em negar esses direitos, seremos nós a gritar nas ruas, ocupar os espaços e arrancar na luta aquilo que nos pertence e pertence às mulheres negras. Reparação já, bem viver é agora. Viva a luta das mulheres negras. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Giovana. Parabéns pela contribuição.

Quero agora convidar a Luza Borum, do Observatório de Cultura Indígena de Rondônia.

A SRA. LUZENY DE SOUZA AMARAL (Luza Borum) - Eu gostaria de cumprimentar a Mesa e todos os presentes, em nome de Luciene Puri, uma guerreira de Ji-Paraná, a esposa do Cacique Alberto Gavião. E eu já perturbei muito a Deputada Cláudia lá, quando era vereadora. E a Deputada Cláudia sempre nos ajudou.

Então, meu nome, lá na minha Certidão, é Luzeny de Souza Amaral, mas meu nome indígena é Iuna Borum Krenak, só que todo mundo me chama de Luza. Eu moro há 38 anos em Rondônia, professora e trabalho no movimento de mulheres indígenas e não indígenas, movimento de reforma agrária. Tem muitas pessoas aqui que já me conhecem, que já participei de Grito da Terra, de tudo que vocês imaginarem.

No dia 15 passado, nós fizemos em Ji-Paraná uma conferência livre de mulheres, indígenas, no caso. Então, sempre a gente está lutando por educação, saúde, cultura, infraestrutura, geração de renda, meio ambiente e a conquista da autonomia pelos povos originários, que ficam eternamente dependendo, dependendo, dependendo do poder público, é uma das coisas.

E eu, junto com todos os indígenas, a gente luta contra o garimpo, pela preservação da Amazônia e contra o preconceito. E uma das coisas que eu gostaria de pedir até para a Deputada Cláudia mesmo, eu ando conversando com os assessores dela: Casa de Memória para os povos originários em Rondônia.

Por quê? Porque Rondônia tem indígenas de ponta a ponta, Vilhena até. Então, uma Casa de Memória. Depois eu até vou mandar o projeto para a Deputada Cláudia. Eu andei escrevendo aqui para tentar não falar muito, usar só os dois minutos, vou terminar com uma frase: a causa indígena é de todas e todos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Luza, pela sua contribuição.

E agora eu quero convidar a senhora Raimunda Neto dos Santos, Coordenadora do Polo Ifro Itapuã do Oeste. Está aqui?

A SRA. RAIMUNDA NETO DOS SANTOS - Estou aqui. Quero dizer que não foi bíblico. Os primeiros não foram, eu fui a primeira praticamente e a última a falar, mas muito obrigada.

Eu sou Raimunda Neto dos Santos, professora no Município de Itapuã do Oeste. Agora, desde 2019, estou atuando como Coordenadora do Polo Ifro, em Itapuã do Oeste. É uma honra representar o Ifro, porque eu sou funcionária do Estado, mas o Ifro me representa.

Eu estudei na Paraíba, na Universidade Federal. Enquanto estudava, eu era cozinheira, eu limpava, eu fazia serviço na casa de uma patroa para poder estudar. Terminei meus estudos, fui para São Paulo. A questão da cabeça, São Paulo em seguida. Lá foi a minha decepção total. Fui para a escola, trabalhei dois dias. No terceiro dia, eu voltei na escola para pedir demissão, porque ali não era lugar para uma mulher preta trabalhar. Muita decepção, muito racismo, muita chacota, como dizem as palavras mais comuns, mais claras.

Meu sonho era vir para Rondônia. Uma amiga veio e, um certo dia, saí da escola e fui trabalhar em uma casa de família. Trabalhei nessa casa de família por seis meses. No sétimo mês, uma amiga que já estava aqui falou, para mim que tinha uma necessidade de um professor e perguntou se eu queria vir para cá. Eu falei: "Quero, eu vou". Então, a Professora era Soniamar, que estava no Município de Itapuã e estava voltando para Porto Velho, e eu vim para cá, vim para Rondônia.

Estou aqui há 28 anos, e há dois anos eu estou fora de sala de aula, justamente pela questão de não suportar mais o racismo em sala de aula. As brincadeiras, uma das que às vezes até eu rio, mas eu choro sozinha: "Você foi pescar? Você pescou? Pescou, "pescou sim"!" Porque meu pescoço não é grande. E essa brincadeira é dolorosa, e eu fui me doendo, como muitas outras situações que me passaram em sala de aula.

Hoje eu vivo nos remédios, eu vivo no psiquiatra e eu tenho que ser boa. E para ser boa, eu entrei no Instituto Federal. Eu fiz minha pós-graduação antes, fiz uma pós-graduação para ganhar meus 15%, mas já estou na terceira pós-graduação no Instituto Federal, porque eu gosto de estudar. E para ser boa, para ser reconhecida, a gente tem que estudar.

Tenho um filho de 20 anos e vejo que ele passa pela mesma situação de preconceito como eu. Por quê? Porque os amigos do meu filho estão todos trabalhando, principalmente na Prefeitura Municipal, lá em Itapuã. E ele faz ADS (Análise e Desenvolvimento de Sistemas) no Instituto Federal aqui de Porto Velho, Calama, no qual eu tenho muito orgulho.

E ele chega cansado de madrugada, e eu fico esperando ele chegar. Quando ele chega, eu sinto que está muito cansado e gostaria no outro dia de ir trabalhar. Porém, até agora, ele não conseguiu uma vaga de serviço. Prometeram na campanha. Fui com o prefeito, ele falou me dê 15, 30, 60 dias, e até hoje, meu filho não tem emprego. E eu fico olhando para ele, porque sinto nele as dores que eu senti, mas eu falo para ele: "Meu filho, a gente tem que estudar, estudar muito, porque superar a branquitude e com todo respeito, a gente tem que ser bom, mas ser muito bom mesmo." Obrigada.

Além disso, o que me moveu vir aqui hoje, foi ontem o que minha irmã postou no grupo da família: minha mãe e seis filhas, quase alfabetizaram poucas pessoas no modo delas, sem instrução, só por saber ler e escrever, uma metodologia de alfabetizar, lá no município no qual eu nasci. Lançou ontem a educação antirracista, a qual traz o nome Dona Francisca, que é o nome da minha mãe, em memória.

Obrigada, obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Dona Raimunda, pela sua contribuição, pela confiança em partilhar a sua história, que é muito triste. Mas, com todo o respeito a todos vocês que estão aqui, por ter tido a coragem de vir nessa Casa de Leis, compartilhar a luta e as dores de vocês.

Como eu falei no início, o nosso papel aqui, como agentes políticos, é justamente esse: ouvir, mas a gente se compadecer e ir para a luta, para que a gente possa reverter situações como tantas que foram relatadas aqui.

Agora, concluimos as falas dos escritos e a gente traz as falas aqui para a Mesa. E gostaria de pedir a composição da Mesa para que, aquilo que for possível, dentro do que cada um pode fazer e do que foi proposto aqui, o que podemos, de fato, estar contribuindo dentro desses pleitos.

Vamos dar um tempo de três minutos, pode ser, para cada um? Então, quero passar a palavra para Rafaela Cristina Albuquerque, advogada, Presidente da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados - Seccional Rondônia.

A SRA. RAFAELA CRISTINA ALBUQUERQUE - Boa tarde a todas, a todos e, por que não, todes? Já que hoje vivemos essa linguagem elástica que revela para nós aqui a mudança social. Então, creio que já devemos e já é hora de nos adaptarmos a essa mudança.

É bonito de se ver tantas mulheres hoje lutando. Mas também é muito cansativo ouvir essa palavra aqui várias

vezes: "É cansativo, é cansativo". Realmente é muito cansativo.

Mas hoje, a Ordem dos Advogados tem implementado dentro da sua estrutura alguma forma de tentar amenizar a dor do povo negro. E hoje, dentro da OAB, não se ingressaram mais pessoas que foram processadas por racismo.

Não se permite mais que esse tipo de pessoa, com esse tipo de conduta, entre nos quadros da Ordem. Isso é o mínimo, o mínimo, que se possa exigir de nossa Casa.

E creio que todo órgão tem que observar. Essa pessoa não serve para o setor público, não serve para o setor privado. Enfim.

Deixo aberto, em nome do meu Presidente Márcio Nogueira, a nossa Casa para a realização de Audiências Públicas. Vocês, que são líderes dos movimentos, procurem a Ordem, nós estaremos abertos.

Nós temos um plenário, nós temos também o auditório - logicamente, antecipadamente, com tempo para que a gente possa organizar - mas a Casa está sempre aberta. A OAB é Casa de vocês também. Isso é uma coisa que eu quero deixar aqui sempre claro.

Hoje, também nós lançamos uma cartilha. Estou há seis meses à frente da Comissão de Igualdade Racial e uma das primeiras "pedradas" que eu tomei foi uma ligação que chegou assim para mim: "Rafaela, tem uma empoderada aqui que quer falar com você.". Eu falei: "Comigo? Quem?" E ele: "Rosa Negra". Eu falei: "Meu Deus, o que eu fiz?". Pensei, meu Deus. Eu falei: "Tá bom, vou receber". E era para conversar sobre a marcha.

Acho que a gente conversou primeiro pelo WhatsApp, e foi quando eu falei: "Não, calma. Quem vai falar contigo é

o meu Presidente, ele vai te receber, ele vai te ouvir, a gente vai divulgar na OAB". Porque é importante que a Ordem esteja do lado certo da história, lutando por vocês. Às vezes, vejo que vocês não nos buscam. Talvez porque eu não sabia que a gente está também na luta.

Eu já vou terminar aqui. Dizem que discurso bom é discurso curto, e, se for curto, nem precisa ser bom, que é para encerrar a coisa.

Sobre uma questão que apareceu aqui. Eu não me lembro se é a Zeneida, que foi um sofrimento que ocorreu com ela. Querida, é muito difícil liderar. Estou iniciando agora. Muito provavelmente vai acontecer de alguma de vocês chegar até mim e eu não conseguir suprir essa dor da forma que a pessoa gostaria. Porque eu tenho os meus limites de trabalho. Antes de assumir isso aqui, eu tinha muito esse medo.

Quando ocorreu esse momento aqui, eu falei: "Meu Deus do céu, Jesus!" E, vou ser sincera com o Doutor Fábio, que teve um momento que eu falei: "Graças a Deus que é com ele, não é comigo!". Eu falei: "Pelo amor de Deus!". Mas eu sei que pode acontecer. A gente está fazendo o letramento, a gente está aprendendo. Ela chegou aqui e a senhora falou assim: "chamou de adereço e é vestimenta". Eu já coloquei aqui: atualizar a cartilha, não falar "adereço".

Todo dia a gente vai aprender. Eu sou negra. Estou aprendendo. Falei isso de manhã. Mas, eu aprendendo muito rápido. E estou aqui, de coração aberto para todos vocês.

A OAB está aberta, sempre eu vou estar lá. E, é isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Rafaela, pela participação, pela contribuição de estar aqui

conosco. Nós vamos depois compartilhar a Ata, as proposições encaminhadas, e a gente conta, sim, com a OAB, que tem um papel fundamental na garantia de Direitos.

Quero agora convidar para fazer uso da palavra a Dioneida Castoldi, que é a nossa Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, Sintero.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - É interessante usar a fala agora e pensar assim: vocês querem ver uma coisa? Quem tem capacidade de promover um movimento como esse e mudar a sociedade? Quem aqui faz parte da Educação? Está aí, está aí a resposta. Rosa Negra, você foi no púlpito e disse: "Por que isso?" Outras pessoas falaram aqui: "Por que aquilo?" Porque não se investe em educação. Essa é a única resposta que se colhe todo momento. O momento que se investir pesado em educação, supera-se 90% dessas situações.

E com esse início de fala aqui, eu quero dizer o seguinte: eu saúdo com muito carinho todas que estão aqui. Mas, em especial, as parceiras do Sintero. E vocês viram que o Sintero não precisa nem trazer nada aqui de novo, porque tem Rosa Negra aqui que comanda, não é assim? Ter Rosa Negra à frente para a gente é uma honra e estar junto dela, é muito bom vê-la trabalhar, vê-la construir, vê-la consolidar políticas aqui no nosso Estado. E vimos a Luciene crescer dentro do Sintero. Não faz parte da educação, mas a gente viu o crescimento dessa mulher lá dentro do Sintero em pouco tempo.

Então, o que eu quero dizer com isso? Quando se tem exemplos, se muda. Quando se tem exemplos, se consolida as políticas públicas, mas se consolida o principal motivo que

nós estamos aqui reunidos, respeito. Respeito a todas as diferenças que existem e as diversidades que existem na população brasileira.

Nós somos diferentes no físico, no formato, mas somos iguais no que queremos: respeito, dignidade, espaço e cidadania. E quem vai trazer essa resposta é a educação. E não é, gente... Eu fiquei aqui ouvindo falas, me emocionei, e a gente ouve falas e a gente repete, e não é só implantar a Lei 11.645, que a Rosa fala assim, "eu repito 10.639 vezes." A Lei 10.639, e tem a 11.645 que complementa. Não é só implantar as leis, é fazer diferente. É fazer diferente. E o que é o diferente que nós estamos falando? E aqui eu já aproveito para fazer a denúncia da forma que a educação foi tratada 15 dias atrás: silenciada pelo Governo do Estado, porque não quer ouvir como que está o chão de escola.

Se tinha uma greve, e agora não é só a Presidente do Sintero que está falando aqui, quem está falando aqui somos nós, educadores. Se tinha uma greve dos trabalhadores da Educação, que não era só por salário, mas era por valorização, e valorização perpassa por condições de trabalho, por que não fomos ouvidos? Fomos silenciados na justiça. Porque o que nós queremos é consolidar políticas públicas de qualidade que irão mudar tudo isso aqui.

Mãe Neide, mãe Ana, que chorou aqui e falou, tem razão, não é adereço, mas tem que se ensinar o que é. Luza, a Luza falou aqui em povos indígenas. Nós temos quantos povos originários aqui em Rondônia que nunca se falou o nome de nenhum. Eu não sei quem são os povos, porque não se ensina.

Então, tem que mudar todo o contexto da estrutura da educação do Estado de Rondônia e eu falo de equipe multidisciplinar. Quem precisa de psicólogo, tem que buscar

fora porque a escola não tem, mas, a escola está cheia de alunos que precisa de assistência, de cuidados, de tratamentos diferenciados.

Então, o que nós trazemos aqui, deputada, como referência? O Sintero é um celeiro de lideranças. O Sintero é um celeiro de propostas para consolidar políticas públicas, não é porque eu sou a presidente e temos as diretoras aqui, é porque nós sabemos praticar democracia e dar voz e vez para os trabalhadores e trabalhadoras em educação. Quando a sociedade for ouvida, se transforma.

E o que nós trazemos aqui? Eu gostaria muito de ouvir isso, que haja mais momentos como este, muitos. Nós precisamos, mas que se diga, a matriz africana, mas elas têm um nome. Eu quero aprender isso. Eu costumo dizer para a Rosa Negra e para as meninas lá: eu sou branca. Eu sou de uma cultura onde muita coisa, que é crime, era normal. E eu aprendi porque eu convivi com as pessoas que tiveram coragem de pontuar isso. Por que nós não podemos fazer isso? Ao invés de usar "terreiro", não, "eu sou da..." Eu nem... Uma religião, uma matriz, eu preciso ouvir isso para eu aprender a falar.

E é a mesma coisa na situação dos indígenas, que eu sei que até a palavra "indígena" já não é mais usada. Mas, eu estou repetindo o que a Luza disse. Mas, dizer "eu sou do tal povo, que tem esse nome, que é de tal local", isso é muito importante para nós aprendermos a conviver com as diferenças.

E o que nós trazemos como proposta aqui? Que toda vez que tratarmos de políticas públicas, a gente tenha esse formato de encaminhamento aqui, de discussão e com orientação para se falar. A Rosa muito fala da linguagem antirracista, a linguagem para que a gente aprenda a

respeitar as diversidades das culturas que nós temos aqui. E, Rosa, você me representa e você sabe disso, muito obrigada.

E em nome da Rosa eu saúdo todos os que se propuseram a ficar nesta Mesa para ouvir e implementar as políticas. E um abraço para todos que falaram e têm coragem de se posicionar. E a educação move e transforma. Sigamos. E por último, não poderia deixar, não poderia deixar - não é, Rosa? -, nós sabemos que hoje foi feita justiça e com voto de uma mulher.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Dioneida, pela sua contribuição. Acho que a fala da Dioneida é muito importante, porque nós estamos em um constante aprendizado. E aqui são pessoas que são da luta. E eu acho que é preciso desse entendimento das nossas realidades. Acho que hoje, foi uma aula para nós, porque imaginamos o que acontece, mas só quando vemos as falas que compreendemos a dimensão.

E, para mim, foi muito importante. Acho que a maior riqueza de cada ser humano é justamente ter a capacidade de entender o problema e poder também ajudar. Acho que é isso: precisamos nos ensinar para que possamos compreender, porque acho que todo mundo nessa caminhada da vida quer ajudar. Acho que qualquer um que tem amor ao próximo, que crê em algo, quer ajudar o próximo. Então, acho que estar aqui hoje é a gente ter essa capacidade de entender as nossas dores.

A SRA. CLAUDINEIA GOMES DE OLIVEIRA (Cacau Oliveira) - Só acrescentando, eu entendo que a educação é importante,

mas a gente entende que, quando falamos de educação antirracista, estamos falando para a criança. Porque o adulto tem uma base de informação na palma da mão. Se ele quer saber, ele vai atrás.

Mas o problema é que não é prioridade para muitos. Porque nós sabemos que, quando a gente quer, quando temos dúvida sobre como tratar o colega, se pode chamar de "nega", se pode dizer "amanhã é dia de branco", ou "Ah, eu sou ovelha negra da família". Então, se sabe que não pode falar isso, porque dói.

Então, uma pessoa branca jamais vai saber isso. Mas, se ela quiser saber, é só ela pegar esse aparelho aqui. Criança pode pegar na escola, mas adulto não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Verdade.

Agora eu convido a Elzilene do Nascimento, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, para fazer uso da palavra.

A SRA. ELZILENE DO NASCIMENTO PEREIRA - Boa noite a todas as pessoas. Eu quero ficar de pé, porque a gente já está há bastante tempo sentada, não é gente? E, para mim, esse momento é um momento muito especial.

Rosa Negra, nós estamos apenas dando o primeiro passo, iniciando esse trajeto. Quando se fala das mulheres negras, do povo preto, e eu devo isso à Rosa, que foi a pessoa que me ensinou a me reconhecer como realmente eu sou.

E essa marcha está acontecendo. Eu quero citar aqui duas pessoas: a Rosa Negra e a Luciene. Porque esse momento está acontecendo aqui, mas a Rosa Negra e a Luciene sabem o

que é fazer uma marcha das mulheres pretas no Estado de Rondônia, sem dinheiro, de norte a sul desse Estado.

Elas sentiram na pele o que é ir para todos os municípios, fazendo a formação de letramento racial para organizar essa marcha. E políticas públicas para nossas mulheres pretas ainda são muito mais fortes, ainda são muito mais gritantes, quando a gente vai lá na base, com as mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar.

E eu falo isso aqui, vendo a minha amiga lá de Pimenta Bueno, que está ali no cantinho filmando aqui a minha fala. As mulheres trabalhadoras rurais não têm acesso a esse tipo de formação que as mulheres pretas da cidade têm. É muito mais difícil e essa luta é nossa.

E agradecer a nossa Deputada Cláudia de Jesus, que não tem negado um pedido nesta Casa. E a gente explora mesmo, viu, deputada? Você está aqui e a gente vai explorar enquanto você tiver. Por enquanto, você está deputada, quem sabe amanhã será a nossa governadora?

Eu quero fazer menção aqui: uma nota de repúdio ao Governo do Estado de Rondônia, que não investe em políticas públicas para as mulheres pretas. O plano específico de Saúde para as mulheres pretas está apenas engatinhando - e ele é lá de 2010.

Aqui, no Estado de Rondônia, nós precisamos avançar, porque nós temos um plano de saúde, deputada, para todas as pessoas, mas não temos um plano de saúde específico para as mulheres pretas. E as mulheres pretas são as que mais sofrem. As mulheres pretas são as que sofrem anemia falciforme, e os filhos das mulheres pretas nascem com anemia falciforme. E nós não temos uma política de Saúde de igualdade para o povo preto. Está apenas está engatinhando.

Aqui, nós vamos estar acompanhando, e quero fazer esse pedido, deputada: que acompanhe junto a esta Casa para a gente possa avançar no Estado de Rondônia.

E depois, quando a gente fala, por último, que todas as pessoas já falaram, deram uma aula aqui neste momento, a gente se emociona e luta junto. Mas amanhã vamos estar muito mais fortes e animadas, porque amanhã, às 7h da manhã, já estaremos na concentração para essa maravilhosa marcha, que está apenas começando no Estado de Rondônia.

Quando a Luciene chorou aqui e se emocionou, foi porque, deputada, a Luciene foi em cada canto desse Estado de Rondônia, sem dinheiro. Ela colocou o carro dela, deixou a família, e foi fazer a formação nos quatro cantos desse Estado, junto com a Rosa Negra.

Quero mencionar também todas as pessoas que ajudaram com pouco, com muito, a Rosa e a Luciene a fazer esse trabalho. E o Sintero, que colocou uma estrutura gigantesca para que essa marcha pudesse acontecer. E o Governo do Estado, infelizmente, não pensou em contribuir. Não pensou que, neste Estado de Rondônia, somos mais que 60% da população preta. O Governo do Estado de Rondônia não valoriza o povo preto.

E quero dizer mais uma coisa, deputada: Eu quero que fique gravado essa nota de repúdio ao Governo do Estado de Rondônia. O Governo do Estado de Rondônia está mais do que na hora de colocar nas ruas os policiais que estão em cargos comissionados, para atender a população preta e atender com muito respeito.

Não para incriminar a população preta, deputada, porque quando a gente vê um policial fazendo uma abordagem na rua, eles só abordam os pretos. E se tem pretos e

brancos, todos os policiais, eles só abordam os pretos e tratam os pretos com discriminação.

Se tem um grupinho dos nossos meninos, dos nossos filhos nas ruas do nosso Estado, somente os pretos são revistados, e os brancos saem de liso. Quando você visita um presídio, vemos que 98% da população que está lá presa é de pessoas pretas e pessoas faveladas.

E a gente não vê branco na cadeia. Não vemos brancos pagando pelos crimes que cometem, mas vemos pretos pagando inocentemente. Porque os pretos foram simplesmente jogados na rua e não tiveram oportunidade.

Agora, neste momento, quero dizer com muito orgulho, graças à volta do Presidente Lula, depois de seis anos de desgoverno no nosso país, a gente volta a discutir essas políticas nesta Casa, no Brasil. E nós temos a Rosa, lá em Brasília, no Conselho Nacional de Igualdade Racial, para nos representar, para falar a voz do povo preto de Rondônia.

Tenho muito orgulho de estar hoje aqui, nesta Casa, falando isso, e vou ter ainda mais orgulho, deputada, amanhã, nesta marcha do povo preto. Eu queria que o Governo do Estado de Rondônia tivesse colocado estrutura para a gente trazer o povo preto lá do interior, o povo preto da agricultura familiar que não puderam estar aqui, que não tiveram condições de vir para essa marcha.

Mas isso é apenas o começo. Eu tenho certeza que para o próximo ano, para a próxima marcha, nós vamos estar muito mais fortalecidos neste espaço.

Obrigada, gente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Elzilene, pela sua contribuição, pelas palavras.

Agora, eu quero convidar o Fábio Roberto de Oliveira, Defensor Público e Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

Só queria pedir para se ater ao tempo.

O SR. FÁBIO ROBERTO DE OLIVEIRA SANTOS - Muito obrigado, deputada. Cumprimento a senhora e a Deputada Ieda Chaves, principalmente a senhora, pela coragem de promover uma Audiência Pública de tamanha importância e envergadura.

Parabenizo a Luciene e a Rosa, pela coragem de enfrentar um desafio tão grande, mas que ficou bonito e que valeu a pena.

Cumprimento a todos os presentes, na pessoa da vice-presidente do Cepir, Adriane do Nascimento, que é uma mulher preta e que era vice, e que, se Deus quiser, junto com a Rafaela, deve compor a Mesa Diretora - porque eu estou passando o bastão. É preciso oxigenar. A oxigenação é importante para que haja mudança.

Objetivamente, deputada: ouvi da Senhora Mafalda, liderança do Quilombo Santa Fé, junto com a Dalva, a necessidade de termos uma política de manutenção dos estudantes no ensino superior, ou daqueles que ingressaram no ensino superior por meio de cotas, principalmente as cotas relacionadas aos quilombos.

E o Governo do Estado pode complementar, mesmo que seja o ingresso em uma universidade pública federal. Pode haver uma complementação por meio de lei, porque eles saem do território, assim como os povos originários, e vêm para

cá. Não têm uma estrutura, e muitas vezes - a gente que já passou por uma universidade ou uma escola - sabe que é difícil. Essa não é uma ideia minha, é uma ideia da Dona Mafalda, que eu transmito para a senhora.

Segundo, seria interessante que o Parlamento Estadual pudesse - talvez o Cepir ou a Defensoria - colaborar com a Vossa Excelência no sentido de transformarmos a lei que a gente sugeriu, a lei municipal, que foi, de repente, o Projeto de Lei mal interpretado.

Para que tenhamos um Projeto de Lei com o recebimento da denúncia, o processamento da denúncia, o julgamento da denúncia, com fixação de sanções para servidores públicos - para pessoas que têm um compromisso com o serviço público - que comete qualquer tipo de racismo, com encaminhamento para a Defensoria Pública e o Ministério Público.

É o mesmo molde da lei que, infelizmente, foi mal interpretado. Mas, Zeneida, estou à disposição. Da mesma forma que eu coloquei, está aqui a mensagem. Se a senhora me autorizar, posso até ler as mensagens que nós trocamos - inclusive com a Laísa - que colocamos à disposição.

Também, deputada, temos nove comunidades quilombolas no Estado que são invisibilizadas e que têm um potencial turístico absurdo. A comunidade Real Forte Príncipe da Beira, junto com a Santa Fé, em Costa Marques. Em São Francisco do Guaporé, temos a comunidade Pedras Negras e outras, que têm um potencial muito grande. Vocês não têm ideia.

Tenho aproveitado o quadro "Seus Direitos" para divulgar isso. Está vindo, pessoal, avião fretado fora de Rondônia para visitar Pedras Negras. Tem uma pista de pouso lá, e não sabíamos disso. É um potencial econômico local absurdo.

No Real Forte Príncipe da Beira, também temos uma discussão de regularização fundiária, que, na época, a Amanda - como ouvidora da Defensoria - acompanhou junto com o Nuerc e o Cepir.

Então, peço a Vossa Excelência para pensar com seus pares um Projeto de Lei para fomentar o turismo e a agricultura familiar.

Faço também uma proposta para criar um protocolo - já falei isso em outra oportunidade - um protocolo interinstitucional de combate ao sexismo, machismo e ao racismo do Estado de Rondônia. A senhora pode agitar com seus pares - o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública - todos os movimentos, assinando um protocolo interinstitucional com regramento, para que cada instituição tenha um Ato Normativo interno para combater o racismo institucional.

Outra proposta é que haja, na Polícia Civil, no curso de formação, a possibilidade para que pessoas com habilitação, docência e, experiência de prática de vida, possam realizar, pedagogicamente, o curso de formação da Polícia Civil, a fim de fazer uma contribuição e sensibilização em relação a essa temática.

Uma outra proposta - que está sendo gravada, por isso que estou sendo rápido - já tenho um estudo, e tenho visto uma abertura muito grande para o diálogo na Sesdec. Isso a gente tem que dizer: "Tem que dar a César o que é de César". A criação de um Núcleo Especializado de Combate ao Racismo, à intolerância religiosa, dentro da polícia, porque isso também afeta. As mulheres são as grandes vítimas do racismo, do machismo e tudo mais. Então, também fica essa proposta de colaboração.

Uma outra proposta: o Projeto de Lei que a senhora falou, que a senhora sabe, e que em relação a isso - onde estou, levo a sua articulação. O projeto foi aprovado por unanimidade aqui nesta Casa Legislativa, graças à atuação da senhora, do seu gabinete maravilhoso, dos movimentos sociais, com o Cepir e a Defensoria Pública. Mas, nós precisamos fazer o monitoramento dessa política pública, principalmente em relação às comissões de heteroidentificação.

As comissões de heteroidentificação passaram a ser um mecanismo importante para essa política pública. Porque, se não for uma comissão habilitada e capacitada, a política pública pode entrar em descrédito. Então, é fundamental fazer o monitoramento pelo Parlamento, que tem essa função importante em relação a isso.

Então, deputada, essas as minhas considerações. Estou à disposição. Mãe Zeneida, em especial, às vezes não dá para a gente mudar o começo, mas, se a gente quiser, conseguimos mudar o final com boa-fé, dignidade, responsabilidade e cuidado com o outro. Sou um pai de família que trabalha. Quem me conhece dos movimentos sociais sabe que eu sou, não é, Amanda? Eu sou defensor de rua.

Tenho prova das conversas que tivemos. Vou pedir para a deputada encaminhar o vídeo e a Ata dessa Audiência, pois eu vou fazer uma auto solicitação de um PAD (Processo Administrativo Disciplinar) contra mim, para que a Defensoria Pública apure a minha responsabilidade. Quero provar que eu atuei de forma responsável, diligente e, inclusive, em respeito à senhora, porque o servidor público precisa atuar e prestar contas. A interpelação da senhora faz parte do meu cargo. Encaro isso como uma necessidade do servidor público que sou, de prestar contas dos meus atos.

E vou prestar. A senhora sabe que, naquela discussão, a senhora foi a favor da lei, e o que eu fiz foi melhorar a lei. Mas, sem polemizar, estou à disposição da senhora.

Um forte abraço.

A SRA. ZENEIDA LINS AZEVEDO - Doutor Fábio, só para finalizar, para a gente não entrar em debate. Eu, naquele momento, fui convidada lá para uma outra situação, que foi para me pedirem desculpas, uma forma de desculpa. E, quando cheguei lá, era outra conversa. Já vieram com outra coisa. E acuar uma pessoa. Eu me senti acuada ali, totalmente acuada.

O SR. FÁBIO ROBERTO DE OLIVEIRA SANTOS - A senhora lembra que eu falei que era para esperar o advogado da senhora?

A SRA. ZENEIDA LINS AZEVEDO - Eu tenho também tudo gravado, e eu fiquei o tempo todo calada, calada.

Então, eu não estou aqui no embate com o senhor. Coloquei para fora o que eu penso, para que o senhor não ouça dos outros. Falei aqui mesmo. Perguntei, como Defensor responsável, se essa lei não prejudica, por que é uma lei que está passando por cima da lei educacional?

Eu fui lá apresentar um livro. Eu não fui lá fazer um ritual, nem fui com coisas ritualísticas. Fui só com o meu livro, contei a história, levei a boneca que está ali, que foi posta como um "vudu", que eu estava cortando-a na frente dos alunos, porque os alunos ficaram manifestados.

Então, fui fazer algo cultural. E levaram para fora, nas redes sociais, foi posto pelo deputado, pela vereadora, como se eu estivesse lá fazendo uma coisa ligada à religião, como se eu estivesse fazendo ali um ritual. E não foi isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Eu só preciso dar continuidade para a gente não perder o foco, desculpa.

Agora, eu convido a Ada Alves dos Reis Mendes, que é Defensora Pública, e, nesse ato representa a Defensoria Pública.

Mas, antes de passar a palavra, quero agradecer ao Doutor Fábio pela contribuição, pelas propostas encaminhadas. Está tudo registrado, e a gente está à disposição.

Ada, é com você.

A SRA. ADA ALVES DOS REIS MENDES - Obrigada. Boa noite a todos e todas presentes. Cumprimento à Mesa na pessoa da Deputada Cláudia de Jesus, bem como na pessoa da Rosa Negra, a quem estendo o cumprimento aos demais. Boa noite a todos aqui presentes, aos que estão até esse momento.

Hoje estou aqui representando a Defensoria Pública. O DPG (Defensor Público-Geral), o Doutor Victor Hugo de Souza Lima, me designou para estar aqui. E quero ser muito breve, fazer uma breve apresentação, porque eu acho que a gente já discutiu bastante e já ouvimos bastante coisa aqui.

Meu nome é Ada, já apresentada aqui, sou defensora pública. Sou titular da Defensoria Criminal de Jarú, mas atualmente estou lotada no núcleo aqui em Porto Velho, no

Núcleo de Atendimento Virtual, que presta atendimento jurídico à população das cidades e distritos que não são sede da Defensoria Pública aqui no Estado. Então, já divulgo para que a população saiba que existe esse canal de atendimento pela Defensoria também.

Eu preparei um breve discurso, que eu não vou utilizar, porque eu ouvi as falas aqui e eu já participei de outras Audiências Públicas. Eu acho que aqui já saíram bastante proposições extremamente interessantes. E as falas me doeram. Algumas vezes, precisei respirar fundo para realmente não me emocionar e não chorar, para não chorar mesmo, porque senti muita emoção em várias falas e em vários momentos.

É impressionante como a nossa história se cruza em diversos pontos, e as experiências não são individualizadas. Como mulher negra, eu também já passei por diversas situações. E, mesmo como Defensora, eu não estou livre dos preconceitos, nem de ser invisibilizada também.

Já estive em situações em que, embora não tenha sido nesta Casa Legislativa, fui representar a Defensoria e fui convidada a me retirar da sala, porque aquele era uma sala para as autoridades, e eu precisar me identificar: "Não, mas eu estou aqui representando a Defensoria, estou aqui em nome do Defensor Público-Geral." Isso já aconteceu comigo.

Então, esse lugar é como se, sendo Defensora Pública, eu não pertencesse a ele. E tenho certeza de que eu ainda lutarei contra isso, talvez eu vá lutar ainda por muitos anos e, talvez, até o final da minha carreira.

Por isso, digo que as experiências acabam não sendo individuais. Peguei algumas anotações aqui, por exemplo, da Jamyle, que falou que: "Acha que a gente precisa realmente

de mais Audiências Públicas". A gente precisa dar voz, precisa desse debate, precisa retomar o debate em uma sociedade plural.

Hoje, vivemos um momento em que a sociedade plural está sendo escanteada. Você precisa ter um comportamento, seguir uma religião específica, senão você não tem voz ou é demonizado. A gente precisa, então, voltar a ter esses debates, eles precisam passar pela educação. Esses debates precisam passar pelas escolas, porque é ali que ele vai se iniciar. A partir dali, temos a possibilidade de mudar a nossa sociedade.

E aqui trago um dado, não numérico, para todos aqui presentes, nessa minha atuação na área criminal, que eu atuo. Hoje, pela manhã, eu fiz quatro audiências. Dessas quatro audiências, duas relacionadas à violência doméstica. Não passa um dia que eu pegue uma pauta criminal e que não tenha processos de violência doméstica. Não passa. Não existe a possibilidade de eu não fazer uma audiência relacionada a isso. Isso só reforça o problema social que a gente está inserido.

Então, ao mesmo tempo que precisamos trabalhar a educação das crianças, precisamos conversar com os nossos adultos para que eles vejam que tem algo errado acontecendo. Não estamos saindo das primeiras colocações em violência doméstica, em abusos, em estupro de vulnerável. Tem algo acontecendo na nossa sociedade, praticado por homens adultos, e, precisamos dar uma olhada e entender o que está acontecendo. Por que essa visão tão misógina dessa sociedade? A gente precisa, sim, trabalhar para isso.

Com relação à questão da Mulher Protegida, realmente, isso precisa ser mais divulgado. A gente pega muitas vítimas de violência doméstica que a pessoa está em

situação de completo abandono, em completo desamparo. E questionamos: "Mas você não foi informada do programa?" E a resposta é não. "Pode ir no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)?" A pessoa vai até o CRAS, e o CRAS não sabe. E deixamos aquela mulher em uma situação de total vulnerabilidade.

Eu já finalizo minha fala agradecendo a oportunidade de ter participado e de ter ouvido cada uma de vocês aqui. Agradeço à Deputada Cláudia de Jesus por ter dado oportunidade a essa Audiência Pública. Que venham outras mais.

E, amanhã, por sinal, já estou designada para audiências. Provavelmente, pegarei amanhã, algum caso de violência doméstica, então não poderei participar da marcha. Mas, tenho certeza que amanhã, certamente, me verei às voltas novamente com algum caso de violência doméstica, não vou escapar disso.

Desejo sucesso a todas vocês. Contem com a Defensoria. Saibam que a instituição está, sim, de portas abertas. Erramos e acertamos, mas estamos sempre dispostos a dialogar. A Defensoria é uma parceira da sociedade.

Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Ada, pela contribuição e pela participação de estar aqui conosco representando a Defensoria Pública.

Agora, queremos ouvir a Tenente BM Aline Costa de Oliveira, que neste ato, está representando a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, Sesdec.

A SRA. ALINE COSTA DE OLIVEIRA - Boa tarde. Cumprimento a Deputada Cláudia de Jesus e estendo os cumprimentos a todas as pessoas presentes, representando a secretaria.

A fala da nossa amiga representa a realidade. Realmente, as Delegacias estão sucateadas, e a Secretaria tem se voltado a isso. Há investimentos e planejamento para essas reformas. Quero, aqui, fazer a ênfase na questão da Patrulha Maria da Penha, porque há uma necessidade tremenda de ter um aumento dessas patrulhas nos bairros.

Eu faço parte de um comitê, o Comitê da Orfandade, e a gente vê os números, não só de mulheres negras, mas de mulheres vítimas da violência doméstica. Quando falamos da Patrulha Maria da Penha, precisamos pensar também em um investimento humano para que a gente possa alcançar essas vítimas.

Nesse sentido, deputada, precisamos desta Casa cobrando o Governo do Estado. Precisamos da Casa Civil e da sociedade, cobrando também. Estamos atentos a tudo isso, e tem muito planejamento, mas, não se vai muito para frente.

Agora, quero falar um pouco sobre as falas de cada uma aqui. Eu me senti muito representada pela Rosa. Sua fala foi muito cirúrgica e você conseguiu, tocar em tudo aquilo que precisamos para que essa marcha vá à frente. Eu me sinto representada, porque eu tenho uma filha negra - apesar de eu ser branca, fui casada com o Professor Samuel Johnson, de uma família tradicional (foi até citada aqui), vítima da Covid em 12 de março de 2020. E a gente sabe da luta negra, da família negra e das mulheres negras.

Em cada fala aqui, eu fiquei atenta, me senti muito tocada por cada uma, pelas suas dores e pelas suas lutas.

E, com isso, eu encerro a minha fala aqui e coloco a Secretaria à disposição. Boa tarde.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Tenente Aline, pela contribuição, por estar aqui conosco. A gente faz esse compromisso de estar encaminhando essa ata e todos os relatos que foram feitos e propostas feitas aqui para a Secretaria de Segurança Pública, e que você possa estar nos ajudando lá também, como esteve aqui conosco.

Agora, para fazer a última fala, e para que a gente possa encerrar nossa Audiência, queria que a nossa guerreira, Rosa Negra, pudesse fazer suas considerações finais para que a gente possa finalizar.

A SRA. ROSENILDA FERREIRA DE SOUZA SILVA (Rosa Negra) - Neste momento, deputada, o primeiro ponto é agradecer. Agradecer a disposição de chamar esta Audiência Pública, uma Audiência que foi muito potente, muito potente mesmo.

Agradecer também a cada mulher que se dispôs a estar aqui, que se deslocou de seus municípios, viajaram a noite toda, como as Pimenta Bueno que estão aqui sentadinhas, assistindo à Audiência Pública. Este é o primeiro momento: agradecer. A Soeli, que se dispôs a colocar o carro na estrada, com as suas mulheres e vieram. Então, a gente agradece cada uma que se dispôs a construir conosco.

Não posso deixar de falar do Comitê Impulsor das Mulheres. Nos últimos 60 dias, deputada, alias, 90 dias, eu viajei pelo Brasil inteiro. Visitei os 26 Estados da federação, em uma tarefa de promoção da igualdade racial, através da Conferência de Promoção da Igualdade Racial, que tem a sua fase nacional no dia 15.

Eu termino amanhã a marcha, e já estou voando para Brasília, porque minha tarefa é de articulação. E a articulação precisa estar o tempo todo em ação. Essas mulheres nos representam em todos os espaços. Elas são a representação em todos os momentos. Construimos juntas? Sim. Mas, vocês seguraram a barra aqui no Estado, e quero aqui expressar todo o meu respeito a vocês.

Agradecer também o deslocamento que fizeram à noite e dizer: nós fizemos uma parceria com a Deputada Cláudia de Jesus. No momento que a gente não tinha carro, o Sintero estava em greve - porque o Sintero sempre é assim -, eu digo: "Olha, eu preciso ir." Ou "Não, eu estou indo, e eu preciso do carro." E a deputada disse: "Não é por isso que vocês vão ficar sem fazer as formações." E nós fomos. Foi potente demais. Não é, Mara? Potente demais.

Nós alcançamos muitas coisas. Fomos para as universidades, fomos para as escolas, e eu acho que essa é a consolidação de uma articulação que estamos fazendo há oito meses. Esse é o momento final.

A SRA. MARA REGINA VALVERDE OLIVEIRA ARAÚJO - A imprensa, Rosa, também - a imprensa de Ji-Paraná.

A SRA. ROSENILDA FERREIRA DE SOUZA SILVA (Rosa Negra) - Agradeço à imprensa de Rondônia. Agradeço ao Defensor Fábio, que nos colocou também na mídia. Ele tem um programa e nos disse: "Não, vocês vão." E nós estamos entrando, estamos na Globo desde o início da articulação. Então, a gente tem que agradecer publicamente à toda a imprensa de Rondônia e aos parceiros que nos colocam nesses espaços.

Não posso deixar de falar do Sintero, que é de onde eu atuo e me dá estrutura para que eu possa realmente andar por esse Estado. Vou agradecer em nome da Presidente Dioneida Castoldi.

E a consolidação, deputada, dessa marcha não termina amanhã. Temos um longo caminho de articulação pela frente. Que todas as proposituras que foram feitas aqui hoje sejam organizadas em um documento. Já vamos estar encaminhando para você, e à comissão que, junto com o governo, irá articular as pautas que nós apresentamos aqui hoje.

Agradeço a cada uma das mulheres: as sindicalistas, as guerreiras, as rurais, as indígenas, todas. E a todos os homens, que são bem-vindos na nossa articulação, para nos ajudar nessa estrutura. Logicamente, que a fala será das mulheres negras, mas vocês serão bem-vindos para nos ajudar a fortalecer esse movimento.

O combate ao racismo não é tarefa só do movimento negro ou das mulheres negras. O combate ao racismo é tarefa de toda a sociedade.

Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Rosa, pelas suas palavras, por tudo. Parabéns. A gente se sente aqui, todas nós, muito representadas por você: na sua fala, na sua luta.

E, pessoal, quero dizer que foi um prazer enorme a gente estar aqui essa tarde, fazendo esse debate. Falas muito valorosas. E acho que é só passando por esse espaço, é só fazendo esse debate, que conseguimos compreender o que significa isso - infelizmente - o quanto isso existe na nossa sociedade: o racismo, o preconceito, a discriminação.

E, mediante isso, entendemos hoje a importância das políticas públicas criadas pelo governo federal, o Ministério da Igualdade Racial. Porque, quando eu apresentei aqui, nesta Assembleia Legislativa, o projeto das cotas, não tiveram coragem de falar para mim, mas eu ouvi: "Para que isso? Eu sou negro e estou onde estou. Cheguei lá e não precisei de cotas".

Mas, ao mesmo tempo, nós trouxemos uma proposta para cá que foi discutida. E, quando nós ouvimos aquela fala da Dona Raimunda, quando falou do filho dela, nós começamos a compreender. Eu só queria que hoje todos meus colegas estivessem aqui, para que pudessem compreender essa realidade. Eu, sempre me permiti estar em todos os espaços, ouvir toda a sociedade. Onde eu sou chamada, eu estou em todos os espaços. E com realidades muito diferentes, às vezes, da minha - porque muitas coisas eu não vou saber, eu não passei, como é que eu vou saber?

Mas, é importante ouvirmos para compreendermos, para sabermos que o nosso papel é estar aqui, é fazer com que as políticas públicas aconteçam.

Então, para mim, foi uma honra muito grande poder receber a confiança de vocês, para que nós tivéssemos feito esse debate hoje aqui. E quero me colocar à disposição para quantas vezes for necessário. A gente vai estar aqui, para abrir a porta desse Legislativo.

Os mandatos só têm serventia se for para isso: para que a gente possa construir proposições juntos, para apresentar proposições.

E peço a vocês que usem mesmo as ferramentas que nós temos. Eu acho que nós precisamos incomodar. Às vezes, nós ficamos muito distantes, a gente não faz o debate, não cobramos, e as pessoas se incomodam. Então, a gente precisa

sim, estar sempre muito perto. Sabe, Rosa? Não vamos deixar dispersar. Vamos estar juntos, meninas, nessa construção. Acho que isso é muito importante para todos.

Obrigada! A gente estará junto amanhã na marcha com vocês, e quero dizer que a gente tem esse compromisso aqui de continuar. Acho que hoje foi um primeiro passo. E, nossa, como teve proposta. Ontem a gente teve a audiência da cultura - que também foi muito importante - mas, meu Deus, hoje liderou!

E, assim, a compreensão. Porque até então, a gente ouvia, mas, mediante o que eu vi aqui hoje, e tenho certeza que tem muita gente que está aqui hoje de boca aberta. Tenho certeza disso. Inclusive, eu também fiquei bastante admirada, Rosa, porque foi muito importante. De coração, estou falando de coração.

A SRA. ROSENILDA FERREIRA DE SOUZA SILVA (Rosa Negra)
- Deputada, só para terminar, quero agradecer também ao pessoal da Casa, que nos acolhe a todo momento. Agradecer cada funcionário da Casa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está certo. Obrigada.

A SRA. ROSENILDA FERREIRA DE SOUZA SILVA (Rosa Negra)
- Quero agradecer a Duda, que tem sofrido também. Fica nos bastidores bem quietinha, mas sofre bastante. E o pessoal do Sintero, que são os jornalistas, cinegrafistas, que quando o Rosa Negra vai fazer qualquer coisa, eles falam:

"A Rosa Negra está fazendo um evento." Aí pronto, já sabem que está todo mundo mobilizado.

Então, agradecer a disposição de cada um e cada uma para estar conosco.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, de coração a todos aqui, à nossa equipe, à Casa.

Pessoal, teve um documento aqui, eu vou ler rapidinho, porque a pessoa escreveu e mandou aqui, então precisa ficar registrado. Eu não sei se é Nice Santana, mas o final é Santana. Ela pediu aqui para acrescentar uma proposta: incluir cota de 10% para alunos negros e quilombolas no Programa de Intercâmbio Internacional da Seduc. Então, registrar isso daqui.

Obrigada mais uma vez. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanharam essa ilustre solenidade, declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejo uma excelente noite a todos vocês. Obrigada.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 52 minutos)

(Sem revisão dos oradores)